

TAESA.

A MELHOR EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DE 2015 E 2016*

UMA CONQUISTA DE TODOS NÓS

*VENCEDORA DO PRÊMIO VALOR 1000 EM 2015 E 2016.



REAL PUBLICIDADE

LT ASSIS LONDRINA

Foto: Alessandro Berredo, empregado da Taesa.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
TAESA 2016

taesa 





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") - Bovespa: TAEE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano de grandes conquistas para a Companhia. A estratégia de crescimento focada em retorno e geração de valor para o acionista, alinhada a uma disciplina financeira, possibilitou à Companhia adquirir 5 (cinco) concessões nos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL. Em 13 de abril, a Companhia sagrou-se vencedora do lote P no leilão 013/2015 de forma individual (100%). Na segunda parte do leilão 013/2015, realizado dia 28 de outubro, a Companhia sagrou-se vencedora de 4 (quatro) lotes: 1 (um) de forma Individual (100%), 2 (dois) como integrante do Consórcio Columbia (50% Taesa e 50% CTEEP) e 1 (um) por meio da coligada EATE (49,98%). Considerando a participação em suas investidas, a Companhia garantiu um total de R\$370 milhões de Receita Anual Permitida - RAP, o que corresponde ao investimento de R\$1,9 bilhão e mais 1.414 km de linhas de transmissão. Em outubro, a Taesa realizou uma oferta pública secundária com esforço restrito onde foram vendidas 65,7 MM Units detidas pelo FIP Coliseu e pela CEMIG. O valor total da oferta foi de R\$1,3 bilhão e o free float passou de 34,5% para 53,6%. Em dezembro, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre FIP Coliseu e FIP Taurus e a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Taesa, representando 14,88% do capital social total da Companhia. A conclusão da Operação está sujeita a autorização de órgãos governamentais, como o CADE e a ANEEL. Em 2016, a Companhia manteve sua política de dividendos robustos, pagando R\$932 milhões em Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio e apresentando um payout de 91%. A margem EBITDA consolidada ajustada alcançou 81,9% e o Lucro Líquido atingiu R\$862,1 milhões. A tabela abaixo apresenta, de forma resumida, os principais eventos financeiros e não financeiros, ocorridos no exercício de 2016:

Data	Evento	Descrição
27/12	Alienação de Ações de Emissão da TAESA de Propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus	O Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu e o Fundo de Investimento em Ações Taurus, notificaram a Companhia que, nesta data, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações com a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("Contrato" e "Compradora", respectivamente) para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Companhia, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da Companhia, pelo valor total de R\$1.055.932. A conclusão da Operação está sujeita aos termos e condições usualmente adotados nesta espécie de transação, incluindo, entre outros, a autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
15/12	Pagamento da 2ª emissão de debêntures	Pagamento de principal e juros nos montantes de R\$195.000 e R\$30.035, respectivamente.
05/12	Pagamento de dividendos intercalares	Pagamento no montante de R\$41.743 (R\$0,04039 por ação ON e PN).
05/12	Pagamento de juros sobre capital próprio	Pagamento no montante de R\$147.051 (R\$0,14228 por ação ON e PN).
28/10	Leilão de Transmissão nº 013/2015 (Parte 2)	A Companhia sagrou-se vencedora dos lotes 3, 4, que foram arrematados por meio do Consórcio Columbia (50% Taesa e 50% CTEEP), do lote 17, arrematado de forma individual (100% Taesa) e do lote 22, arrematado por meio da coligada EATE.
24/10	Liquidação da Oferta Pública Secundária	Em 24 de outubro de 2016, houve a liquidação da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units"), de emissão da Companhia e de titularidade do FIP Coliseu e da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, nos termos da Instrução CVM 476.
17/10	Pagamento da 3ª emissão de debêntures	Pagamento de juros no montante de R\$199.571.
29/08	Pagamento de dividendos intercalares	Pagamento no montante de R\$174.028 (R\$0,16839 por ação ON e PN).
29/08	Pagamento de juros sobre capital próprio	Pagamento no montante de R\$24.508 (R\$0,02371 por ação ON e PN).
30/06	Aditamento ao Acordo de Acionistas	Celebrado Segundo Aditamento ao Acordo de Acionistas entre a CEMIG e o FIP Coliseu, conforme o Termo de Compromisso.
27/06	Assinatura do contrato de concessão - Leilão nº 013/2015	Assinatura do Contrato de Concessão nº 17/2016 - ANEEL, de Miracema Transmissora de Energia S.A., sociedade propósito específico, constituída para implantar, operar e manter os ativos do Lote "P", situado no estado de Tocantins - TO.
22/06	Eleição de Diretor	O Conselho de Administração elegeu o Sr. Luciano de Araújo Ferraz para o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório.
15/06	Pagamento da 2ª emissão de debêntures	Pagamento de juros no montante de R\$29.474.
03/06	Pagamento de dividendos intercalares	Pagamento no montante de R\$93.159 (R\$0,09014 por ação ON e PN).
03/06	Pagamento de juros sobre capital próprio	Pagamento no montante de R\$128.394 (R\$0,13578 por ação ON e PN).
31/05	Eleição Comitê de Auditoria	Eleição dos membros do Comitê de Auditoria, com mandato até AGO da Companhia que se realizará em 2017.
09/05	Eleição do Diretor Presidente	O Conselho de Administração elegeu o Sr. João Procópio Campos Loures Vale, Diretor de Desenvolvimento de Negócios, para acumular o cargo de Diretor Presidente.
28/04	Pagamento de dividendos adicionais de 2015	Pagamento no montante de R\$322.659 (R\$0,31220 por ação ON e PN).
27/04	Eleição de Diretor	O Conselho de Administração elegeu o Sr. Marcus Pereira Aucélio para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.
13/04	Leilão de Transmissão nº 013/2015 (Parte 1)	A Companhia sagrou-se vencedora do Lote "P", arrematado de forma individual (100% Taesa), com um deságio de 0%.
24/03	Repactuação de empréstimo com o Citibank	A Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014 com o Citibank, indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 20 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento de parte do contrato no valor de US\$62 milhões, equivalentes a R\$229.041 naquela data. Ainda nesta data, o SWAP cambial atrelado ao contrato original foi liquidado, gerando um ganho durante todo o período para a Companhia de R\$219.606 (R\$186.665 líquido de IRRF) e um novo contrato de SWAP cambial foi assinado para proteger o saldo remanescente (USD 94.340) da dívida repactuada.

Os resultados da Taesa foram suportados por um padrão de governança corporativa, composta por uma sólida base de acionistas e por uma gestão profissional. A base de acionistas controladores da Companhia, composta pela CEMIG, como sócia operadora de reconhecida qualidade na gestão de ativos do setor elétrico, e pelo FIP COLISEU, como sócio de grande competência na dimensão financeira e de investimentos, contribuiu de forma relevante para os ganhos obtidos por meio da atuação nos fóruns de decisão da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês específicos). Esta combinação de competências dos Acionistas acrescidas à Equipe da Taesa, que possui uma trajetória de sucesso na gestão de seus ativos e um quadro funcional de reconhecida excelência técnica e administrativa, potencializou a competitividade da Companhia. No exercício de 2016, a Companhia apresentou índice de disponibilidade das suas linhas de transmissão de 99,96%, o que demonstra um alto nível de compromisso e competência junto aos seus clientes. Como diretriz estratégica, a Companhia busca permanente por oportunidades que permitam o crescimento sustentável com agregação de valor para nossos acionistas e partes relacionadas. Com base nessa diretriz, a Companhia participou dos leilões de transmissão realizados pela ANEEL e obteve conquistas importantes, no qual ficou demonstrado o esforço para adquirir novos ativos e o foco no segmento, condicionados a uma rígida disciplina financeira, estabelecida pelos parâmetros e diretrizes de agregação de valor determinados pelos nossos acionistas. Baseada na sua responsabilidade social e ambiental, a Companhia buscou otimizar da melhor forma possível a aplicação dos recursos destinados a Projetos de Responsabilidade Social e no cuidado com o meio ambiente, promovendo, nas áreas em que atua, o desenvolvimento sustentável, implantando projetos de cunho social e esportivo com os conceitos de sustentabilidade e equidade entre gerações. A Administração da Taesa registra os agradecimentos aos seus Acionistas pelo suporte e confiança fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os resultados alcançados. Nosso agradecimento também a todos os nossos colaboradores que de forma determinada e comprometida, construíram os ganhos obtidos. Destacamos também o nosso reconhecimento a todos os Fornecedores, Parceiros e demais Partes Relacionadas pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas. Com grande satisfação apresentamos detalhadamente os resultados consolidados de 2016.

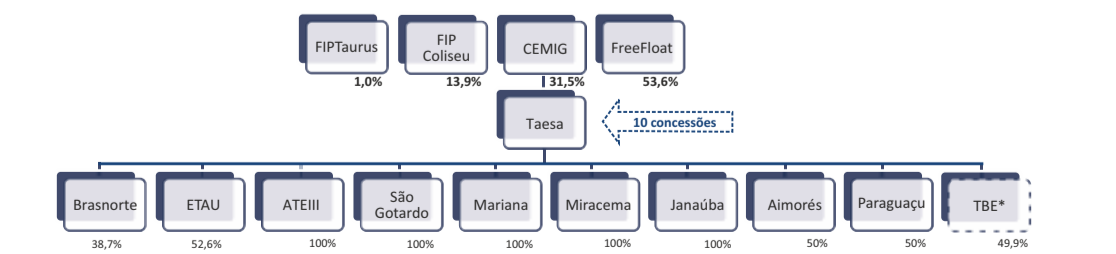
A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com aproximadamente 9.803 km de linhas de transmissão em operação, e seis concessões adquiridas em leilão, que possuirá aproximadamente 1.414 km de extensão. Possui ativos em 69 subestações com nível de tensão entre 230 e 525kV, presença em todas as regiões do país e um Centro de Operação e Controle localizado em Brasília. Atualmente a Taesa detém participação em 33 concessões de transmissão, sendo 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), ETAU (53%), BRASNORTE (39%), ATE III (100%), São Gotardo (100%), Mariana (100%), Miracema (100%), Janaúba (100%), Paraguaçu (50%), Almorés (50%) e TBE. A TBE é um conjunto de 14 participações: EATE (50%), ETEP (50%), ENTE (50%), ECTE (19%), ERTE (50%), STC (40%), EBTE (74%), ESDE (50%), ETSE (19%), Lumitrans (40%), Transudeste (5%), Transirapé (5%), Transteste (5%) e ESTE (50%).



Missão: Transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



(*) A TBE ou Grupo TBE é um conjunto de quatorze concessionárias de transmissão de energia elétrica.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Taesa está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, está listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, e confere às suas ações preferências o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*). A Alta Administração da Companhia tem experiência significativa no setor de energia elétrica e é assessorada pelos Acionistas Controladores e órgãos da governança corporativa descritos abaixo:

	CEMIG	FIP	Independente	Total de componentes
Conselho da Administração	5	4	2	11
Conselho Fiscal	2	-	1	5
Diretoria Estatutária	5	-	-	5

Conselho de Administração – de acordo com o Estatuto Social da Taesa, deve ser composto por onze membros titulares (efetivos) e seus respectivos suplentes, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar ao menos quatro conselheiros Independentes, sendo dois efetivos e dois suplentes, os quais deverão ser identificados como tal na ata da Assembleia Geral de acionistas que os elegeu. O Conselho de Administração da Taesa é responsável pela orientação geral dos seus negócios. Entre outras atribuições, é responsável por eleger e destituir os membros de sua diretoria além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, formados por integrantes do Conselho de Administração. Compete ainda ao conselho deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Conselho Fiscal – de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Taesa. O Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal permanente. O Conselho Fiscal deve ser composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos, com igual número de suplente e suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Diretoria executiva – de acordo com o Estatuto Social sua diretoria deve ser composta por cinco diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório e um Diretor de Desenvolvimento de Negócios, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte. Os diretores são responsáveis pela administração executiva diária de seus negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas por seu Conselho de Administração.

A Taesa aperfeiçoou suas políticas, procedimentos e controles internos com o objetivo de atender plenamente ao disposto na Lei nº 12.683/12. A Lei nº 12.683/12, que alterou a Lei nº 9.613/98, trata sobre "crimes de lavagem de dinheiro" e foi emitida com o objetivo de tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro e incluir pessoas sujeitas ao mecanismo de controle.

QUALIDADE

Certificação ISO 9001:2008 - Em 12 de outubro de 2009 a Bureau Veritas certificou o Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001:2008 da Taesa, nas concessões Novatrans e TSN, com o escopo de "Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica". No período de 08 à 12 de outubro de 2015 houve a auditoria de re-certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, renovada até 15 de setembro 2018.

Comissão de Ética, Canal de Comunicação com a Comissão de Ética e e-mail corporativo comissão de ética - A Taesa possui uma Comissão de Ética com o objetivo de esclarecer e averiguar questões relacionadas aos temas tratados no Código de Ética adotado pela Companhia. Todos os colaboradores poderão informar dúvidas, críticas, sugestões e ocorrências relacionadas ao Código de Ética da Companhia, através do Canal de Comunicação com a Comissão de Ética, optando pela identificação ou não no momento do envio de sua mensagem. O sistema foi elaborado de forma a não permitir qualquer registro de dados pessoais ou do computador utilizado para o cadastro do comunicado, caso o colaborador decida por não se identificar. O e-mail Comissão de ética, publicado no Código de Ética é destinado às pessoas externas à Companhia que queiram informar ocorrências relacionadas a este documento.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

O objetivo da Companhia é ser líder entre as empresas do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil, prestar serviços públicos de alta qualidade e maximizar valor para seus Acionistas e Colaboradores, Agentes conectados às suas instalações (incluindo geradoras e distribuidoras de energia elétrica), Poder Concedente e Autoridades Regulatórias.

M&A, leilões, reforços e melhorias Desde 2006, a Taesa tem investido na aquisição de concessões de transmissão de energia elétrica. Das 33 concessões que possui atualmente, 23 (vinte e três) foram adquiridas por meio de aquisições no mercado secundário (processos de M&A).

Em 2016 a Taesa sagrou-se vencedora (individualmente, em parceria com outras transmissoras e por meio de suas subsidiárias), em um total de 5 (cinco) lotes nos leilões 013/2015 e 013/2015 - parte 2, o que garantiu à Taesa um incremento de aproximadamente 1.414 Km de linhas de transmissão ao seu portfólio e um incremento de aproximadamente R\$370 milhões na RAP, ponderada por suas participações nas SPE's. Além do mercado de Leilões, a Taesa atuou também na análise de oportunidades no mercado brasileiro de Fusões e Aquisições sem, no entanto, ter concluído nenhuma operação em 2016. Atendendo às exigências regulatórias, a Taesa e suas investidas, concluíram cerca de R\$22,1 milhões em reforços e melhorias em seus ativos operacionais, com receita adicional prevista de R\$2,5 milhões (valores já ponderados pela participação nas investidas).

Proteção natural contra a inflação



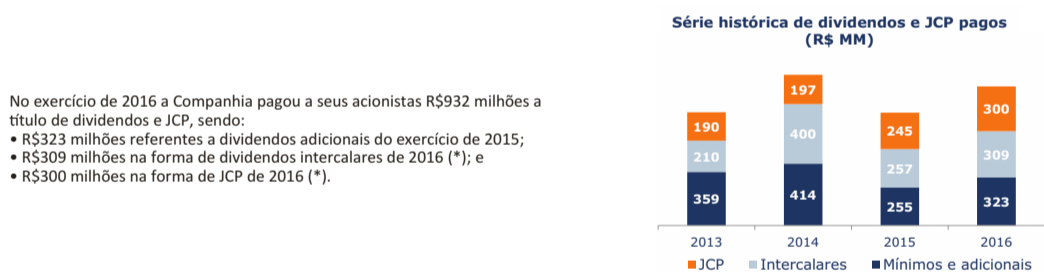
Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da Taesa é naturalmente protegido contra a inflação.

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses, de junho do ano anterior à maio do ano em referência.

Concessão	Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015		
	Resolução 2.098 de 28/06/2016			Resolução 1.918 de 23/06/2015			Resolução 1.756 de 24/06/2014		
	Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017	Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016	Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	494.919	(40.618)	454.301	449.086	(42.547)	406.539	425.228	4.345	429.573
Gtesa	9.216	(531)	8.685	8.238	(766)	7.472	7.892	128	8.020
Munirah	35.919	(2.629)	33.290	32.335	(3.108)	29.227	31.059	327	31.386
Patesa	23.933	(810)	23.123	18.931	(1.820)	17.111	18.184	192	18.376
ETEO	112.775	(12.394)	100.381	155.851	(14.980)	140.871	149.699	1.584	151.283
Novatrans	512.214	(37.356)	474.858	460.994	(43.786)	417.208	442.435	4.669	447.104
STE	80.334	(6.056)	74.278	72.452	(7.241)	65.211	69.537	(1.189)	68.348
NTE	151.048	(10.708)	140.340	135.672	(13.382)	122.290	130.317	(2.229)	128.088
ATE	146.729	(10.687)	136.042	132.046	(12.692)	119.354	126.834	1.337	128.171
ATE II	226.671	(16.542)	210.129	204.000	(19.619)	184.381	195.948	2.026	197.974
ATE III	112.228	(8.215)	104.013	102.660	(9.782)	92.878	94.575	2.515	97.090
SGT	5.023	25	5.048	4.595	217	4.812	4.236	46	4.282
TOTAL	1.911.009	(146.521)	1.764.488	1.776.860	(169.506)	1.607.354	1.695.944	13.751	1.709.695

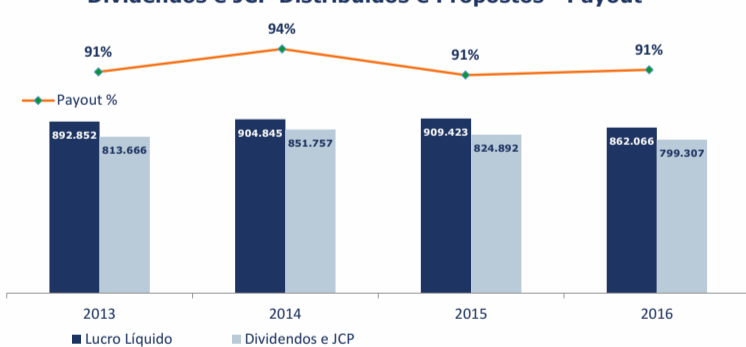
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal.



(*) Esses valores foram atribuídos aos dividendos obrigatórios do exercício de 2016.

Dividendos e JCP Distribuídos e Propostos - Payout

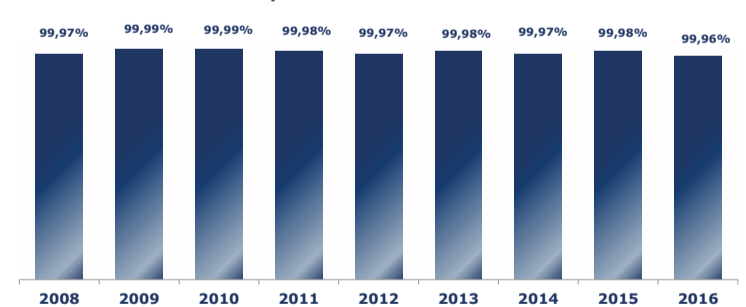


DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Disponibilidade das linhas de transmissão

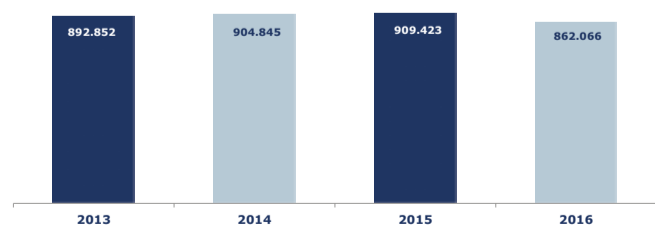
Em mais um ano a Companhia demonstrou sua competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,96% de disponibilidade.

Histórico de disponibilidade das Linhas de Transmissão



Lucro Líquido

A Taesa vem apresentando resultados consistentes no decorrer dos anos devido a uma gestão com foco em maximizar os retornos aos acionistas.



Destacamos os principais fatores que influenciaram o lucro líquido do exercício de 2016:

- ✓ Redução da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão devido ao reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro de acordo com o IGP-M e o IPCA, que apresentaram um decréscimo em 2016 (de 10,69% e 10,47% em 2015 para 7,12% e 6,99% em 2016, respectivamente). A correção monetária do ativo financeiro consiste no reajuste mensal pela inflação, considerando uma defasagem de 1 (um) mês. Sendo assim, os índices supracitados representam o acumulado entre os meses de dezembro do ano anterior a novembro do ano corrente;
- ✓ Aumento da receita de O&M devido ao reajuste anual pela inflação (IGP-M e IPCA) - conforme Resolução Homologatória ANEEL;
- ✓ Redução nos encargos de dívidas em 2016 que foram impactados, basicamente, pelas amortizações de saldo devedor, ganho na liquidação do instrumento financeiro derivativo - swap e pelas diminuições do CDI, IPCA e dólar; e
- ✓ Variações nas linhas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, correntes e diferidos, decorrentes basicamente: (i) da liquidação do SWAP em 2016, acarretando em aumento dos impostos correntes e reversão do saldo de diferido passivo, e (ii) mudança no tratamento fiscal das variações cambiais de empréstimo em moeda estrangeira, conforme disposto na IN 1.079 de 2010, onde no exercício de 2016, a tributação passou a ser realizada pelo regime de caixa e não mais por competência. No exercício de 2015, com o aumento do dólar, a Companhia contabilizou uma elevada despesa com variação cambial sobre o empréstimo em moeda estrangeira, impactando diretamente nos impostos correntes. Desta forma as variações cambiais tributadas por competência, contribuíram para reduzir a base de cálculo do Lucro Real e por consequência redução na provisão dos impostos correntes, enquanto que a receita de SWAP atrelado a esta dívida foi diferida, provocando um aumento dos impostos diferidos. No exercício de 2016, tanto as variações cambiais oriundas do empréstimo em moeda estrangeira quanto as variações cambiais do swap foram tributadas pelo regime de caixa, impactando somente os impostos diferidos. A mudança no tratamento fiscal das variações cambiais sobre empréstimos em moeda estrangeira possibilitou uma maior utilização dos incentivos fiscais no exercício de 2016, auxiliando na redução da alíquota efetiva.

EBITDA ajustado x EBITDA padrão	2016	2015	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	1.391.074	1.542.465	(151.391)	-9,8%
EBITDA Ajustado	1.138.706	1.322.367	(183.661)	-13,9%
Margem EBITDA - Ajustado	81,9%	85,7%		-3,9 pp
<i>Reconciliação do EBITDA Ajustado</i>				
Lucro líquido do exercício	862.066	909.423	(47.357)	-5,2%
Equivalência patrimonial	(235.841)	(216.927)	(18.914)	8,7%
Resultado financeiro	400.889	468.181	(67.292)	-14,4%
Imposto de renda e contribuição social	108.272	159.947	(51.675)	-32,3%
Depreciação e amortização	3.320	1.743	1.577	90,5%
EBITDA ajustado	1.138.706	1.322.367	(183.661)	-13,9%

	2016	2015	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	1.391.074	1.542.465	(151.391)	-9,81%
EBITDA padrão CVM	1.374.547	1.539.294	(164.747)	-10,70%
<i>Reconciliação do EBITDA padrão CVM</i>				
Lucro líquido do exercício	862.066	909.423	(47.357)	-5,2%
Resultado financeiro	400.889	468.181	(67.292)	-14,4%
Imposto de renda e contribuição social	108.272	159.947	(51.675)	-32,3%
Depreciação e amortização	3.320	1.743	1.577	90,5%
EBITDA padrão CVM	1.374.547	1.539.294	(164.747)	-10,7%

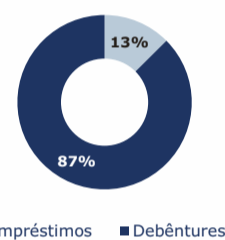
EBITDA padrão CVM - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA padrão como um indicador de seu desempenho operacional. A Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 estabelece o cálculo do EBITDA padrão.

EBITDA ajustado - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização e resultado de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA ajustado apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA ajustado como um indicador de seu desempenho operacional. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão exigido pela CVM, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

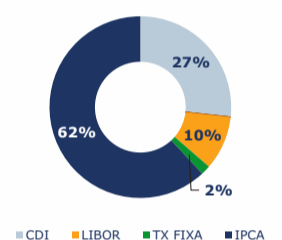
Divida Líquida	2016	2015
Circulante (*)	909.370	606.421
Não circulante	2.426.562	2.807.991
Divida bruta	3.335.932	3.414.412
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(366.919)	(220.413)
Divida líquida	2.969.013	3.193.999

(*) valor inclui os instrumentos financeiros derivativos atrelados ao empréstimo com o Citibank.
Em 2016, a Companhia amortizou R\$433.036 de suas dívidas e pagou R\$315.345 de juros. Adicionalmente, recebeu o montante de R\$219.606 referentes ao ganho na liquidação de instrumento financeiro derivativo – swap.
Divida Líquida - A Divida Líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Divida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Divida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.
A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

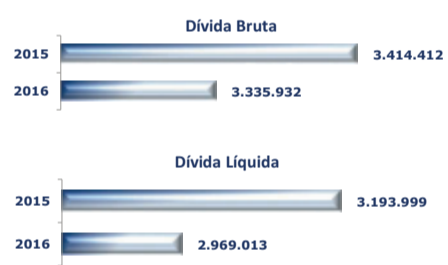
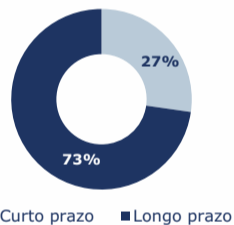
Composição da Dívida



Indexadores da Dívida (%)



Prazo da Dívida (%)



MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2016 o valor de mercado da Companhia era de R\$7,1 bilhões (R\$5,8 bilhões em 31 de dezembro de 2015).

Rating

Em 2016 a Companhia teve sua nota revisada pela agência Fitch como reflexo do rebaixamento no rating soberano do Brasil. As notas das agências Moody's e S&P foram mantidas. A Taesa permaneceu com o "Investment Grade" na Escala Nacional por 3 (três) agências, que reflete uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez.

Fitch	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local	BBB	Negativa
Rating para moeda estrangeira	BB+	Negativa
Rating em escala nacional	AAA(bra)	Estável
Standard & Poor's	Rating	Perspectiva
Rating de crédito corporativo na Escala Nacional Brasil	brAA-	Negativa
Rating na escala global	BB	Negativa
Moody's	Rating	Perspectiva
Rating Escala Global	Ba2	Negativa
Ratings Escala Nacional Brasileira	Aa2.br	Negativa

Desempenho das Unit



GESTÃO TÉCNICA

Manutenções especializadas em disjuntores, transformadores e reatores, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão. As manutenções de rotina garantem a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado. Foram desenvolvidos estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações, denominados regulatoriamente como "Reforços" e "Melhorias". As Melhorias agregam qualidade na prestação dos serviços da Companhia e podem gerar receita adicional, e os Reforços, após aprovados pela ANEL, garantem à Companhia uma receita adicional para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

No ano de 2016, a Taesa deu continuidade a execução de 12 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em parceria com diversas empresas e universidades do país.

Projeto "Desenvolvimento de metodologia de caracterização e de modelo preditivo para o comportamento e envelhecimento de materiais poliméricos utilizados no setor elétrico" - tem como objetivo o desenvolvimento de metodologia de caracterização de materiais poliméricos utilizados em redes de distribuição compactas, com a criação de um banco de dados e o desenvolvimento de modelo preditivo para comportamento e envelhecimento dos materiais poliméricos. As empresas participantes são Taesa, CEMIG D, UFMG e FUNDEP.

Projeto "Desenvolvimento de sistema de inspeção de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica utilizando processamento de imagens obtidas por VANT" - tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema de inspeção de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica embarcados em três protótipos de aeronaves não tripuladas para captação de imagens em infravermelho termal e em 1 protótipo de aeronave não tripulada para captação de imagem no espectro visível, com câmera em plataforma giro-estabilizada. As empresas participantes são Taesa, CEMIG D e AGX Tecnologia.

Projeto "Desenvolvimento de tecnologia de cabos supercondutores de alta temperatura para sistemas elétricos de potência" - tem como objetivo o desenvolvimento de um cabo supercondutor trifásico de alta temperatura crítica de 69 kV de tensão nominal e 36MVA, do tipo tri-axial com dielétrico frio, de 5 metros de comprimento e usando fitas supercondutoras de 2G, terminações de conexão com rede convencional com criostatos de condução e sistema de refrigeração. As empresas participantes são Taesa, CEMIG D, CEMIG GT, ECTE, CTEEP, UFRJ e FAPUR.

Projeto "Arranjos técnicos e comerciais para a inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira" - tem como objetivo a construção de uma usina solar fotovoltaica de 3 MW com 2 tecnologias em 4 subestações e a realização de atividades para absorção de conhecimentos sobre o tema. As empresas participantes são Taesa, Furnas, CEMIG GT, CEMIG D, Light Energia, Light SESA, COPEL, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, EPASA, BAESA, ENERCAN, CERAN, Foz do Chapeço, Transleste, Transudeste, Transirapê, CEPEL e Cei Solar.

Projeto "Desenvolvimento de Metodologia para Inspeção e Substituição de Isoladores Poliméricos com as Instalações Energizadas" - tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para avaliar as condições de isoladores poliméricos utilizando detectores de radiação e campo eletrostático gerando uma definição das condições para substituição dos isoladores com as instalações energizadas com total segurança para os trabalhadores envolvidos no serviço. As empresas participantes são Taesa e LTS Consultoria.

Projeto "Pesquisa e desenvolvimento de soluções poliméricas para problemas de impedância impulsiva em sistemas de aterramento de torres de transmissão de energia extra alta tensão" - tem como objetivo dar continuidade a outro projeto de P&D, o qual teve como fruto de sua pesquisa o desenvolvimento de um material para corrigir a condutividade de solos junto aos pés de torres de transmissão de energia. Neste projeto o produto já desenvolvido será aperfeiçoado e testado em campo em 48 torres da Taesa. As empresas participantes são Taesa, Fundação Bio Rio e SF Consultoria.

Projeto "Fadiga de cabos condutores CA, CAA e CAL: avaliação comparativa em termos do parâmetro H/W e cálculo de vida residual" - tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para avaliação do uso da relação H/W no projeto contra fadiga eólica de cabos condutores de energia de alumínio puro (CA), de alumínio com alma de aço (CAA), de alumínio liga (CAL), alumínio liga da série 1120 (CAL 1120) e alumínio liga da série 6201 (ACAR 6201). As empresas participantes são Taesa, Brasnorte, ATE III, TME, EATE, AETE e FINATEC.

Projeto "Pesquisa e desenvolvimento de sistema de detecção por fluorescência de compostos dibenzil-dissulfeto, DBDS e outros presentes em óleos Isolantes e de sistemas de remoção dos mesmos Via Filtros Ativos" - tem como objetivo o desenvolvimento de linhas de pesquisa para detecção e remoção de dibenzil-dissulfeto acetileno e outros compostos químicos usualmente presentes em óleos minerais isolantes. As empresas participantes são Taesa, ETAU e Fundação Bio Rio.

Projeto "Metodologia de inferência computacional visando melhorias no processo de identificação, prevenção e tratamento de doenças ergonômicas" - tem como objetivo o desenvolvimento de um software de inferência computacional com aplicação de lógica Fuzzy para tratamento de dados obtidos em campo através de estudo psicossocial. As empresas participantes são Taesa, ATE III, ETAU e Fundação COPPETEC.

Projeto "Aplicativo computacional inteligente de aquisição e tratamento automático de imagens para monitoramento de manobras de chaves seccionadoras, inspeção e diagnóstico de falhas em equipamentos" - tem como objetivo o desenvolvimento de um algoritmo computacional de aquisição e tratamento de imagens para monitoramento de manobras de chaves seccionadoras, inspeção e diagnóstico de falhas em equipamentos. Esse sistema será constituído por dois níveis de inteligência: um realizado localmente e o segundo, que fará o diagnóstico da falha. As empresas participantes são Taesa, AXION Soluções Tecnológicas e IVISION Sistemas de Imagem e Visão.

Projeto "Estudo de ações para mitigação de riscos de desligamentos das linhas de transmissão por queimadas e avaliação de métodos de manutenção de faixas de servidão" - tem como objetivo o desenvolvimento de uma modelagem para análise de risco e vulnerabilidade a queimadas com base em variáveis predefinidas e insumos de sensoriamento remoto. As empresas participantes são Taesa, Geoambiente Sensoriamento Remoto e Ekokap Consultoria e Auditoria.
Projeto "Diagnóstico e Desenvolvimento de Metodologia de Inspeção Preditiva e Não Destrutiva da Corrosão dos Estais das Torres de Transmissão de Energia – Estudo de Caso: LT 230 kV Paraíso – Açú" - tem como objetivo a criação de uma metodologia assertiva para o diagnóstico dos processos corrosivos ocorrentes nas hastes de âncoras de torres estaiadas, baseado na combinação de técnicas eletroquímicas e de reflectometria de impulso, de modo a obter informações seguras acerca do momento certo de manutenção. As empresas participantes são Taesa e Institutos LACTEC.

PRÊMIOS
Melhor empresa de energia elétrica em 2016 e 2015: O jornal Valor Econômico, uma das mais importantes publicações sobre economia e negócios do Brasil, nas 15ª e 16ª edições do prêmio VALOR 1000, elegeu a Taesa, como a melhor empresa de Energia Elétrica do país. O Valor 1000 aponta e premia, anualmente, as campeãs em 25 (vinte e cinco) setores da economia brasileira, utilizando os seguintes critérios: receita líquida, margem EBITDA, crescimento sustentável, rentabilidade do PL, margem da atividade, liquidez corrente, giro do ativo e cobertura de juros.

Esse reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, demonstra o resultado da qualidade operacional, financeira e técnica da Taesa e do seu corpo de colaboradores.

POLÍTICA DE QUALIDADE

As concessionárias do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus empregados, manifestam seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- ✓ Gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados;
- ✓ Atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
- ✓ Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade Cumprimento das Normas de Segurança;
- ✓ Aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações; e
- ✓ Incentivo a capacitação e aprimoramento de conhecimento de seus colaboradores.

GESTÃO DE PESSOAS

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da Taesa deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em gestão de pessoas tem como função assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

As estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e ações que visam ao desenvolvimento, a qualidade de vida, a motivação dos colaboradores e, por consequência, o sucesso da Companhia.

A Taesa assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador e, ainda, atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e Retenção de Talentos

A Companhia acredita que as pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de mudanças e desafios. A Companhia adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades às oportunidades aos seus funcionários antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação

A Política de Capacitação da Companhia tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade, necessários à estratégia e manutenção do negócio.

A Companhia pretende ampliar as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Remuneração

A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios.

Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de Comunicação

A Companhia acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a Companhia investe de forma consistente nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

Saúde e Segurança do Trabalho

A Companhia possui política de Segurança, Saúde e Bem Estar, que visa estabelecer as premissas e diretrizes básicas relacionadas à Segurança no Trabalho na execução das atividades no Sistema Elétrico de Potência e nos demais ambientes laborais da Companhia, bem como as responsabilidades dos gestores e demais empregados no que se refere a execução segura dessas atividades.

Buscando orientar seus colaboradores para uma cultura de segurança, a Companhia promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva. Os indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de segurança, permitem planejar ações de forma a prevenir acidentes.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Taesa preza pelo investimento em projetos de cunho social que contribuem para o desenvolvimento social e valorizam a cidadania. Foram investidos R\$4.423 em projetos incentivados por meio da Lei Rouanet, Lei do Esporte, PRONAS, PRONON e FIA, conforme descrito a seguir:

Lei Rouanet

Programa de Artes Visuais da Fundação Clóvis Salgado - Exibição de exposições e ações educativas no campo das Artes Visuais.

Projeto Douradinho em casa – Um projeto cultural de Educação Ambiental voltado para a preservação e recuperação dos rios e matas ciliares, que contempla a produção e distribuição gratuita para escolas públicas de 12 municípios (DF: Recanto da Emas e Ceilândia; GO: Cocalzinho de Goiás, Mimoso de Goiás, Água Fria de Goiás, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, Iaciara, Guarani de Goiás; PA: Marabá), de 6 mil exemplares da terceira edição do livro infanto-juvenil "Amiga Lata, Amigo Rio" e de 600 (seiscentos) exemplares de cartilhas pedagógicas a realização de 30 (trinta) leituras de histórias com o autor Thiago Cascabullo.
Oficina de Educação e Cultura 2ª edição – O projeto vai levar para escolas públicas de 6 (seis) cidades da região norte e/ou nordeste, a serem escolhidas pela Taesa, precintos de educação e sustentabilidade, através de uma peça de teatro + oficinas + workshop para professores, com as temáticas: reciclagem, cuidados com as torres transmissoras de energia, soltar pipas nas torres, higiene e principalmente, a conscientização da importância da preservação do meio ambiente. O projeto será realizado em no mínimo 6 (seis) escolas indicadas pela Taesa.

Race - Realização de 24 (vinte e quatro) apresentações na cidade de São Paulo, durante 02 (dois) meses do espetáculo "RACE", de David Mamet, dirigido por Gustavo Paso, contando com os atores Gustavo Falção, Nil Marcondes, Yashar Zambuzi e Heloisa Jorge e de 14 (quatorze) apresentações em 12 (doze) cidades do estado de Minas Gerais, durante 1 (um) mês, sendo 3 (três) apresentações no SESI Minas de Belo Horizonte e 1 (uma) apresentação em cada uma das seguintes cidades: Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares, Divinópolis, Pouso Alegre, Juiz de Fora e Contagem. Todas as apresentações serão seguidas de um debate sobre o tema da peça.

7ª Festival Nacional da Cultura - Promoção de ações que visam contribuir de forma significativa para viabilizar o acesso gratuito da população do interior de Minas às mais variadas formas culturais e, especialmente, a música erudita, teatro e dança. Estão previstos 63 (sessenta e três) apresentações de música erudita, 11 (onze) apresentações de teatro e 5 (cinco) de dança em 7 (sete) cidades do Sul de Minas. **Orquestra Filarmônica de Minas Gerais** - Realização de um Concerto dos Clássicos na Praça, gratuito, realizado na Praça da Assembleia, em Belo Horizonte, na Temporada 2016 da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais.

Programação Cultural da Minas Audiovisual EXPO (MAX) - Realização da programação cultural da Minas Audiovisual Expo ("MAX") com uma mostra de filmes nacionais e uma exposição sobre a história do audiovisual. O objetivo da MAX é fortalecer a indústria audiovisual do estado de Minas Gerais com base nas diretrizes do programa do governo federal "Brasil de Todas as Telas". A Exposição no Museu de Artes e Ofícios - MAO atuará como uma ferramenta de sensibilização e formação para o público sobre a história do audiovisual e suas linguagens no Brasil e em Minas Gerais. A mostra, na "Serraria Souza Pinto", apresentará um panorama atual da produção audiovisual mineira destacando as produções em animação, cinema ficcional e documental, televisão, internet e games.

Plano Anual de Atividades e Manutenção do Instituto Inhotim - Manutenção e conservação dos acervos artístico e botânico do Instituto Inhotim e das diversas atividades multidisciplinares voltadas para a democratização do acesso à cultura, com ênfase de atuação nos municípios regionais. Por meio das suas atividades multidisciplinares que se aproveitam do acervo artístico e botânico, o Instituto promove a inclusão social e cidadania de crianças, jovens e adultos que visitam o parque e residentes de regiões vizinhas, beneficiadas por projetos de musicalização, promoção da cultura material e imaterial local e valorização da memória e história do entorno, entre outros projetos.

Jazz Festival Brasil - Realização de um Festival de Música na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, com 3 (três) dias de duração, onde se apresentarão bandas de Jazz Nacionais e Internacionais. A previsão é que o festival aconteça no Teatro Bradesco, no Minas Tênis Club.

Músicas na Igreja – Fomentar a prática da música clássica e popular, clássica e religiosa em locais de fácil acesso, amplos, com grande capacidade de público nas igrejas São José e Ermida Nossa Senhora da Piedade, na Serra da Piedade. Serão realizadas apresentações de corais, grupos vocais e artistas convidados com temas natalinos.

Lei do Esporte

Formação e Desenvolvimento de Atletas por Meio da Integração das Ciências do Esporte – Formação e desenvolvimento de atletas de categorias de base (não profissionais) nas modalidades basquete, voleibol, futsal, judô, tênis, ginástica artística e natação, promovendo o treinamento, e o aprimoramento e desenvolvimento técnico e humano dos atletas, por meio de uma prática metodológica padronizada, considerando parâmetros científicos.
Excelência no Esporte II – Treinamento das equipes de base (não profissionais) de voleibol masculino e feminino voltado à eficiência e eficácia em prol da efetividade dos resultados nos campeonatos, proporcionando condições para detecção de novos talentos na modalidade.
Mackenzie formando atletas olímpicos – Realização de atividades esportivas visando a formação e o desenvolvimento de atletas nas modalidades voleibol feminino, basquete masculino e natação feminina e masculina, propiciando ideias para a detecção e desenvolvimento de talentos no esporte de rendimento, que contempla 193 (cento e noventa e três) atletas.

PRONAS

Revitalizando sonhos pela hidroterapia – Revitalização e reativação da área da piscina da APAE de Cristais de maneira a ampliar a oferta por serviço/técnica de reabilitação/habitação, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida e inserção social da pessoa com deficiência na sociedade.

Olhar para o futuro – Modernização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Três Pontas com a integração do sistema de informação para tornar mais eficiente e eficaz o procedimento de atendimento com a aquisição de materiais e equipamentos que permitam aumentar o repertório de técnicas e procedimentos ofertados à pessoa com deficiência.

Clínica de Terapia e Reabilitação - Modernização da APAE de Dolores de Campos com a integração do sistema de informação para tornar mais eficiente e eficaz o procedimento de atendimento com a aquisição de materiais e equipamentos que permitam aumentar o repertório de técnicas e procedimentos ofertados à pessoa com deficiência.

PRONON

Desenvolvimento de painéis de biomarcadores como instrumentos preditivos de prognóstico e resposta clínica ao tratamento do câncer do colo uterino (CCU), ovário (CO) e mama (CM): estratégia para uma oncologia personalizada – O desenvolvimento de um painel de biomarcadores permitirá uma avaliação mais refinada da progressão tumoral e de sensibilidade à terapêutica específica. Essa abordagem criará meios para identificar pacientes que apresentam resistência aos esquemas de terapia sistêmica, para cânceres localmente avançados. Como referido, o desenvolvimento e validação do painel proposto neste projeto tem o potencial de reduzir a morbidade e a mortalidade por CCU, CO e CM, uma vez que fará a triagem prévia das pacientes com doença localmente avançada, que se beneficiariam com a terapêutica adequada e mais personalizada.

FIA

Parque adaptado para pessoas com deficiência intelectual e múltipla – Implantação de um parque infantil adaptado, para as crianças e jovens com deficiência intelectual ou múltipla e transtorno do espectro do autismo da APAE de Boa Esperança. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Boa Esperança.

Construindo o presente através do esporte e da arte para um futuro melhor – Dar continuidade ao atendimento às mais de 800 (oitocentas) crianças e adolescentes, oriundos principalmente de famílias de baixa renda e que vivem em área de vulnerabilidade social, levando-os a alcançar melhores condições de vida e, consequentemente, promovendo a inclusão social. Esta proposta será alcançada através da oferta de aulas teóricas e práticas de dança, música, futebol, de boxe amador em nível olímpico, capoeira, aulas de língua estrangeira, reforço escolar, jogos didáticos e canto. CMDCA de Santos Dumont.

Brincando e aprendendo – Desenvolvimento de oficinas de contos e recantos infantis, histórias e brincadeiras para crianças de 4 a 10 anos. CMDCA de Ibirité.

Fazenda de Recuperação Novo Caminho – Aquisição de cadeiras, mesas, aparelhagem de som, amplificador, microfones, instrumentos musicais, data show e notebook, os quais serão utilizados no trabalho de prevenção ao uso de drogas e de acompanhamento dos dependentes químicos e de seus familiares. CMDCA de Lagoa da Prata.

O amor transforma – Atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, extensivo ao fortalecimento e a capacitação das famílias. CMDCA de Almenara.

Incluir Cais – Realização de ações em prol da defesa de direitos de crianças e adolescentes, principalmente no direito à inclusão na escola, ao atendimento especializado e a aprendizagem profissional, sua formação como cidadão e o respeito às suas necessidades. CMDCA de Contagem.

Educação de Valor – Ações educacionais voltadas para a Garantia dos direitos da Criança no município de Betim por meio do desenvolvimento de uma série de atividades que vão desde a educação infantil à complementação da educação formal, nas áreas da cultura, esporte e ensino profissionalizante, contribuindo para a formação integral dos participantes e a redução dos índices de vulnerabilidade social e pessoal. O projeto atende 990 (novecentos e noventa) crianças e adolescentes. CMDCA de Betim.

Instrumentalizar para Incluir – Possibilitar que a família e os profissionais da rede de ensino possam incorporar estratégias terapêuticas simples, auxiliando a pessoa com deficiência na promoção do desenvolvimento de habilidades e participação nas atividades em seu cotidiano, focadas no fortalecimento da ação Inter setorial e a promoção da inclusão social. Promover o desenvolvimento de atividades de orientação individualizada pela equipe técnica especializada (assistente social, educador físico, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional) no ambiente escolar, na prática de esporte adaptado, em esportes paraolímpicos. Fornecer equipamentos terapêuticos e órteses, atividades rítmicas e realizar um seminário para mais 200 pessoas com foco nas possibilidades e desafios para a inclusão Escolar além de um evento esportivo com a participação da família e profissionais da educação. CMDCA de Belo Horizonte.

Fortalecendo Vínculos Afetivos – Promover o fortalecimento dos vínculos das famílias das crianças e adolescentes inscritas no Projeto Providência a fim de prevenir as situações de risco pessoal e social e combater a violência doméstica. O projeto Fortalecendo Vínculos Afetivos será desenvolvido no município de Belo Horizonte, nas seguintes regiões: Nordeste, Leste e Centro Sul, tendo como público alvo 600 (seiscentas) crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias. CMDCA de Belo Horizonte.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social: a) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Tabela com 7 colunas: Concessão, Aquisição ou constituição, Início, Participação (a), Localidade, Km (b), SE (c). Contém subcategorias Taesa, Controladas e Controladas em Conjunto.

(a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente. (b) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As concessões em construção não foram consideradas no total em operação. (c) As substâncias ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas 1 vez e os ativos das concessões Mariana, Miracema, Paraguaçu, Aimirés, Janaúba e ESTE estão em construção e não foram contabilizados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo Taesa a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1 Bases de consolidação e investimento em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Taesa e de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 10. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

coligada ou "joint venture" (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou "joint venture"), o Grupo decide reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou "joint venture". Um investimento em uma coligada ou "joint venture" é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou "joint venture". Na aquisição do investimento em uma coligada ou "joint venture", qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificados da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício em que o investimento é adquirido. As exigências do CPC 01 (R1) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo em uma coligada ou "joint venture". Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente. Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma coligada ou "joint venture" do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada ou "joint venture" são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo somente na extensão das participações na coligada ou "joint venture" que não sejam relacionadas ao Grupo. 3.3. Moeda estrangeira: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. 3.4. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos - Os empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. As aplicações financeiras correspondem aos Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas, contratados em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de compra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, à critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras compreendem também as cotas de fundos de investimento de renda fixa, estruturados por instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, possuindo alta liquidez. São aplicações não classificadas no balanço patrimonial como títulos e valores mobiliários. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Há o reconhecimento de um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando a Companhia possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços prestados de construção ou melhorias. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. O Grupo Taesa possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo Taesa. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando houver manifestação da intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iv) Passivos financeiros não derivativos - Títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. O Grupo Taesa possui os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros registrados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: a) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir. b) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base. c) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Considerando a estratégia de gestão do risco de taxa de câmbio, o Grupo classifica os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem "swap" para proteger a totalidade de sua exposição ao risco de taxa de câmbio ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros relacionados ao passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. (ii) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Os outros passivos financeiros ao custo amortizado (incluindo empréstimos e financiamentos sem "swap" cambial, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. (iii) Baixa de passivos financeiros - O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. c) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo "swaps" de taxa de juros e de moedas. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não é aplicada a contabilização de "hedge" ("hedge accounting"). 3.5. Imobilização: a) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado. A Companhia registra no imobilizado somente os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. b) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: edifícios - 4%, máquinas e equipamentos - 4,5%, edificações, obras civis e benfeitorias - 3,7%, móveis e utensílios - 11% e veículos - 24%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social. 3.6. Intangível: a) Reconhecimento e mensuração - Os ativos intangíveis compreendem: (i) Intangível de concessão referente à alocação da mais-valia nas combinações de negócios, líquido do valor alocado ao ativo financeiro, e o registro dos impostos diferidos, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, (ii) Softwares - mensurados pelo custo total de aquisição, menos despesas de amortização, e (iii) Marcas e patentes - registradas pelo custo de aquisição. b) Amortização - Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média ponderada de amortização utilizada para os itens de intangível com vida útil definida é a seguinte: softwares - 20% e intangíveis de concessão - 4,96%. Marcas e patentes possuem vida útil indefinida e, portanto, não sofrem amortização. 3.7. Redução ao valor recuperável ("impairment") a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo Taesa sob condições de que o Grupo Taesa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode ser caracterizado como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. b) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Taesa, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que não em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGCs) de forma "pro rata". Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. 3.8. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se o Grupo Taesa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. 3.9. Capital social: As ações ordinárias e preferenciais, caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia, são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. 3.10. Receita operacional: Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão - de acordo com a interpretação técnica ICP 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro de concessão, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro de concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear. Considerando que a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa, o ativo financeiro de concessão constituído é baixado mensalmente contra a rubrica de Contas a receber de concessionários e permissionários, cujos vencimentos das faturas ocorrem nos dias 15 e 25 do mês subsequentemente ao de competência, e no dia 5 do 2º mês subsequentemente ao de competência. As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICP 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção. Com base no exposto anteriormente, as receitas são reconhecidas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Taesa. As principais fontes de receita são: Remuneração do ativo financeiro de concessão reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão. Operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18). Desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço), reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente à IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. 3.11. Subvenção e assistência governamentais: As subvenções que visam compensar as despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício. 3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais, líquidas dos saldos em conta corrente em dólar norte-americano e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis) e perdas nos instrumentos de "hedge". 3.13. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impactos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, à menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias; (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT; e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendariais de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminou potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014. A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida Lei e a eliminação do risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014, entendeu que não haveria elevação de carga tributária em relação à legislação vigente, à época e com isso, decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no exercício de 2014, que foi ratificada na Receita Federal em fevereiro de 2015. Não houve impacto significativo no lucro líquido do exercício em decorrência da aplicação da referida Lei. 3.14. Lucro pro ação: Os lucros pro ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro pro ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável. 3.15. Plano de previdência privada (contribuição definida): Os pagamentos ao plano de previdência privada na categoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Foralim de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários. 3.16. Demonstrações do valor adicionado ("DVA"): Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico OPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"): A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais. 3.18. Arrendamento operacional: Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear considerando o período de vigência do contrato, exceto quando o contrato seja sistemática e mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. 3.19. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.19.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2016¹, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores. Modificações à IFRS 11 - Contabilização de aquisições de



participações em operações conjuntas ("Joint Operation").

- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.
- (a) IFRS 14 – “Contas regulatórias diferidas” – também passou a ter sua vigência efetiva para entidades que adotaram o IFRS para suas demonstrações financeiras para exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2016, ou depois. No entanto, esta IFRS não é aplicável para a Companhia por não ser o primeiro ano de adoção do IFRS.
- 3.19.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:
- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) - Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (b).
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) - Receita de contratos com clientes - Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduz também novas divulgações. (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (b).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (b).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (b).
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a). Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após: (a) 1º de janeiro de 2017; (b) 1º de janeiro de 2018; e (c) 1º de janeiro de 2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM. A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16, que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente, mas que neste momento estão em avaliação pela companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	495	671	442	543
Aplicações financeiras	101.010	131.770	99.857	76.144
	101.505	132.441	100.299	76.687

Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações de CDB e Compromissada de 102,22% no consolidado e 102,26% na controladora (100,75 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2015).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Investimento em cotas de fundos - Pampulha	178.821	84.642	123.778	58.024
Investimento em cotas de fundos - Safra Market Premium	82.819	-	82.819	-
Outros	3.774	3.330	3.774	3.330
Total	265.414	87.972	210.371	61.354
Ativo circulante	261.640	82.875	206.597	56.813
Ativo não circulante	3.774	5.097	3.774	4.541

A Companhia e suas controladas ATE III e MAR aplicam parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento FIC de FI PAMPULHA, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas. Parte dos recursos da Companhia é alocada no Fundo Safra Market Premium, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. O Fundo é destinado aos investidores em geral que buscam uma rentabilidade adicional no médio/longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de rentabilidade anual acumulada do FIC de FI PAMPULHA foi de 106,31% do CDI, e do Fundo Safra Market Premium foi de 102,37% do CDI, proporcionando uma taxa média de rentabilidade para as aplicações financeiras do Grupo TAESA (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de 103,40% do CDI no consolidado e 103,25% do CDI na controladora (102,11 % do CDI no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2015).

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Concessionárias e Permissonárias	197.445	184.142	184.517	172.019
Parcela variável (a)	(10.355)	(5.817)	(6.782)	(5.744)
	187.090	178.325	177.735	166.275
Circulante	173.058	165.088	164.516	153.802
Não circulante (b)	14.032	13.237	13.219	12.473

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2015 e 2016, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (b) Clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pelo Grupo Taesa, na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

	2015		Adição	Reversão	Valores descontados	2016
	Movimentação da parcela variável					
Consolidado	(5.817)	(31.839)	6.982	-	20.319	(10.355)
Controladora	(5.744)	(20.229)	5.388	-	13.803	(6.782)

	2015		Adição (d)	Adiantamento (c)	Juros e atualização monetária	Liquidação / Recebimentos	2016
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias					
Consolidado	179.896	1.132	-	-	16.417	197.445	184.142
Controladora	168.074	1.021	-	-	15.422	184.517	172.019

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisões para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Ativo Financeiro de Concessão							
Concessão	TRAF (a)	2015	Adição (d)	Adiantamento (c)	Juros e atualização monetária	Liquidação / Recebimentos	2016
TSN	11%	932.931	10.791	-	127.013	(277.566)	793.169
Munirah	12%	94.093	16	-	16.583	(21.042)	89.650
Gtesa	10%	30.877	15	-	5.045	(6.853)	29.804
Patesa	10%	109.423	9.735	-	16.263	(18.080)	117.341
ETEO	10%	395.716	2.557	-	57.519	(94.735)	361.503
NVT	13%	1.450.963	6.738	-	273.631	(382.446)	1.348.886
NTE	14%	434.607	2.640	-	85.297	(111.116)	411.428
STE	10%	330.294	397	-	51.576	(62.961)	319.306
ATE	9%	702.254	76	-	108.412	(114.673)	696.069
ATE II	8%	1.049.676	625	-	151.610	(159.686)	1.042.225
Total controladora		5.530.834	33.590	-	892.949	(1.249.158)	5.208.215
Circulante		1.160.951	-	-	-	-	1.208.860
Não circulante		4.369.883	-	-	-	-	3.999.355
Mariana	6%	11.313	21.984	2.731	1.133	-	37.161
ATE III	7%	627.463	1.550	-	79.823	(80.182)	628.654
SGT	10%	35.573	-	-	5.835	(3.626)	37.782
Miracema	14%	-	1.242	4.176	100	-	5.518
Total consolidado		6.205.183	58.366	6.907	979.840	(1.332.966)	5.917.330
Circulante		1.239.720	-	-	-	-	1.294.066
Não circulante		4.965.463	-	-	-	-	4.623.264

Ativo Financeiro de Concessão							
Concessão	TRAF (a)	2014	Adição (d) e Reversão (b)	Adiantamento (c)	Juros e atualização monetária	Liquidação / Recebimentos	2015
TSN	13%	987.851	21.103	-	182.805	(258.828)	932.931
Munirah	12%	94.235	44	-	19.360	(19.546)	94.093
Gtesa	11%	31.437	-	-	5.805	(6.365)	30.877
Patesa	11%	100.650	6.606	-	18.123	(15.956)	109.423
ETEO	11%	434.560	-	-	77.173	(116.017)	395.716
NVT	14%	1.475.062	7.920	-	323.050	(355.069)	1.450.963
NTE	15%	438.547	-	-	99.120	(103.060)	434.607
STE	10%	327.048	-	-	61.784	(58.538)	330.294
ATE	10%	682.946	-	-	125.800	(106.492)	702.254
ATE II	9%	1.019.910	345	-	177.713	(148.292)	1.049.676
Total controladora		5.592.246	36.018	-	1.090.733	(1.188.163)	5.530.834
Circulante		1.092.342	-	-	-	-	1.160.951
Não circulante		4.499.904	-	-	-	-	4.369.883
Mariana	6%	2.770	4.931	3.275	337	-	11.313
ATE III	7%	605.034	(73)	-	96.104	(73.602)	627.463
SGT	10%	35.063	(2.240)	-	6.081	(3.331)	35.573
Total consolidado		6.235.113	38.636	3.275	1.193.255	(1.265.096)	6.205.183
Circulante		1.164.266	-	-	-	-	1.239.720
Não circulante		5.070.847	-	-	-	-	4.965.463

(a) Refere-se a média das taxas de remuneração do ativo financeiro de concessão definida na nota explicativa nº 2.4.a.

(b) Reversão no ativo financeiro de concessão no exercício devido às reversões de materiais destinados a manutenção da linha de transmissão, líquidas de provisão de custos a serem incorridos.

(c) Adiantamentos a fornecedores realizados referentes a custos ainda não incorridos na construção da subestação e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data.

(d) As principais adições em 31 de dezembro de 2016 estão relacionadas aos reforços, às subestações e às concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Custo de construção estimado	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
PATESA	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV Lagoa Nova II - Açu II	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$5.500	Previsão para energização: setembro de 2017.	Portaria MME nº 14/2016 janeiro de 2016.
PATESA	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV Lagoa Nova II - Açu II	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.700	Previsão para energização: setembro de 2017.	Portaria MME nº 14/2016 janeiro de 2016.
NVT	Upgrade do Sistema SCADA - COC TAESA Samambaia	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.100	Projeto prorrogado para 2017. Previsão para energização: 31 de março de 2017.	-

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Custo de construção estimado	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
MAR	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV LT Itabrito II Vespasiano II	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$10.990	R\$167.921		Portaria MME 182/2014.
MIR	Implantação das Linhas de transmissão LT 500kV Miracema - Lajeado C2	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$56.045	R\$282.905	Previsão para energização: dezembro de 2019	Portaria MME 134/2016
	Construção SE Palmas					
	Ampliação SE Lajeado					

Devido a dificuldades internas da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, ocorreu atraso no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. A data estimada para obtenção da Licença de Instalação é agosto/2017 e a energização do empreendimento ocorrerá em outubro/2018.

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

• **Principais características dos contratos de concessão RAP** - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste e Transirapé) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Branorte, ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, Paraguaguá, Aímoreis, STC, EBTE, ETSE, ESDE e ESTE). **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão. No caso das concessões detidas por Branorte, SGT, MAR, MIR, JAN, Paraguaguá, Aímoreis, ETSE, EBTE, ESDE e ESTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão. **Parcela variável** - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. **Extinção da concessão e reversão de bens vinculados** - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado. **Renovação** - critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. **Aspectos ambientais** - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. **Descumprimento de penalidades** - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo ao leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. **Estrutura de formação da RAP** - concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas a carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Concessão	Ciclo 2016-2017 (*)			Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015		
	Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Resolução 1.918 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016			Resolução 1.756 de 24/06/2014 Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	494.919	(40.618)	454.301	449.086	(42.547)	406.539	425.228	4.345	429.573
Gtesa	9.216	(531)	8.685	8.238	(766)	7.472	7.892	128	8.020
Munirah	35.919	(2.629)	33.290	32.335	(3.108)	29.227	31.059	327	31.386
Patesa	23.933	(810)	23.123	18.931	(1.820)	17.111	18.184	192	18.376
ETEO	112.775	(12.394)	100.381	155.851	(14.980)	140.871	149.699	1.584	151.283
Novatrans	512.214	(37.356)	474.858	460.994	(43.786)	417.208	442.435	4.669	447.104
STE	80.334	(6.056)	74.278	72.452	(7.241)	65.211	69.		

	2016		2015	
	Base de cálculo 2016	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL	
Controladora				
Ratão de antecipação e parcela de ajuste	98.185	33.383	46.449	
Provisão para participação nos lucros	14.541	4.944	4.595	
Provisão para fornecedores	8.697	2.956	806	
Provisão para parcela variável	6.781	2.306	1.953	
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	9.724	3.306	926	
Tributos com exigibilidade suspensa	4.175	1.419	522	
Instrumentos Financeiros - derivativos	45.475	15.466		
Ajuste a valor de mercado - dívida	9.589	3.260	2.670	
Total do ativo		67.040	57.921	
Variação cambial - regime de caixa	(42.538)	(14.463)	-	
Pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(1.694)	(576)	(791)	
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.767.877)	(601.077)	(595.824)	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(87.765)	
Total do passivo		(616.116)	(684.380)	

	Crédito fiscal incorporado - ágio		Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	
2017	36.505	31.065	28.000	2.278	-	69.848	64.505	
2018	30.933	20.621	19.213	2.506	-	54.060	50.146	
2019	27.904	19.983	19.827	2.050	-	49.937	47.732	
2020	19.235	-	-	-	-	19.235	19.235	
2021	18.974	-	-	-	-	18.974	18.974	
2022 - 2024	65.432	-	-	-	-	65.432	65.432	
2025 - 2027	79.711	-	-	-	-	79.711	79.711	
2028 - 2030	95.481	-	-	-	-	95.481	95.481	
2031 - 2033	17.268	-	-	-	-	17.268	17.268	
2034 - 2036	9.802	-	-	-	-	9.802	9.802	
2037 - 2038	3.696	-	-	-	-	3.696	3.696	
Total	404.941	71.669	67.040	6.834	-	483.444	471.981	

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício. A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	308.166	321.313	251.014	265.018

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

10. INVESTIMENTOS

	2016		2015	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Investimentos				
Controladas em conjunto		168.606		167.005
Coligadas		1.561.321		1.558.759
Consolidado		1.729.927		1.725.764
Controladas		667.945		669.593
Controladora		2.397.872		2.395.357
Resultado de equivalência patrimonial		2016		2015
Controladas em conjunto		15.481		18.314
Coligadas		220.360		198.613
Consolidado		235.841		216.927
Controladas		77.419		91.431
Controladora		313.260		308.358

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	2016	2015	2016	2015
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	9.457.000	100%	100%
MAR	25.384.000	20.001.000	100%	100%
MIR	5.513.000	N/A	100%	N/A
JAN	1.000	N/A	100%	N/A

A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

Movimentação dos investimentos em controladas - Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (controladora).

	Controladas					
	ATE III	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	614.371	9.065	20.669	-	-	644.105
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(46.453)	-	-	-	-	(46.453)
Equivalência patrimonial	86.959	3.853	619	-	-	91.431
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(18.428)	(915)	(147)	-	-	(19.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	636.449	12.003	21.141	-	-	669.593
Constituição	-	-	-	1	1	2
Aumento/integralização de capital	-	1.000	5.383	5.512	-	11.895
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	208	-	-	208
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(58.988)	-	-	-	-	(58.988)
Aprovação e pagamento de dividendos intercalares	(31.111)	-	-	-	-	(31.111)
Equivalência patrimonial	74.848	4.518	(1.442)	(497)	(8)	77.419
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	-	(1.073)	-	-	-	(1.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	621.198	16.448	25.290	5.016	(7)	667.945

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ATE III	Aprovação de dividendos intercalares 2016	22/12/2016	AGE	31.111
	Dividendos intercalares em 2016			31.111
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2015	23/03/2016	AGO	58.988
	Dividendos adicionais aprovados em 2016			58.988
SGT	Aumento de capital	23/05/2016	AGE	1.000
MIR	Aumento de capital	30/12/2016	AGE	5.512
MAR	Aumento de capital	28/12/2016	AGE	5.383
	Aumentos de capital em 2016			11.895
JAN	Constituição	09/11/2016	AGC	1
MIR	Constituição	26/04/2016	AGC	1
	Constituição em 2016			2
MAR	Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014	23/03/2016	AGO	(208)
	Reversão de dividendos obrigatórios em 2016			(208)
ATE III	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	18.428
SGT	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	915
MAR	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	147
	Dividendos obrigatórios em 2015			19.490
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2014	27/03/2015	AGO	46.453
	Dividendos adicionais aprovados em 2015			46.453

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	2016	2015	2016	2015
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
Aimorés	1.000	N/A	50,00%	N/A
Paraguauá	1.000	N/A	50,00%	N/A

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

Demais acionistas	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Elettronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Elettronorte") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")
Paraguauá	CTEEP

Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto: Brasnorte: • O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Elettronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bipar. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bipar e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros. • A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Elettronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à Taesa a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bipar a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes. • Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas. • As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. • O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado. ETAU: • A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações. • A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto. • As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente. • Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida. • No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas emvidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Aimorés e Paraguauá - Em 31 de dezembro de 2016, o acordo de acionistas estava em fase de assinatura. Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

	ETAU		Brasnorte		Total
	2016	2015	2016	2015	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	74.084	86.243			160.327
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(7.708)	-	-	-	(7.708)
Equivalência patrimonial	9.768	8.546	-	-	18.314
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(103)	(3.825)	-	-	(3.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.041	90.964			167.005
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(10.553)	-	-	-	(10.553)
Equivalência patrimonial	7.941	7.540	-	-	15.481
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	(114)	(3.213)	-	-	(3.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.315	95.291			168.606

Em 18 de novembro de 2016 houve a Assembleia Geral de Constituição (AGC) das controladas em conjunto Aimorés e Paraguauá. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía participação de 50% sobre as controladas em conjunto Aimorés e Paraguauá, ambas com patrimônio líquido de R\$1.

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2015	20/04/2016	AGO	10.553
	Dividendos adicionais em 2016			10.553
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2014	08/04/2015	AGO	7.708
	Dividendos adicionais em 2015			7.708
BRAS	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	01/03/2016	RCA	3.825
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	20/04/2016	AGO	103
	Dividendos obrigatórios em 2015			3.928

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	2016	2015	2016	2015
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
EETP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Coligadas indiretas				
STC (iii)	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
Transudeste (vii)	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé (ix)	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%
ESTE (x)	1.000	N/A	49,98%	N/A

(i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, e a Taesa possui participação direta de 49%. Conseqüentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes. (ii) A ERTE é uma investida da Taesa, EATE e ENTE. A Taesa possui uma participação de 21,95% no capital total dessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, que possuem respectivamente 18,08% e 38,02% de participação na ERTE, a participação total direta e indireta da Taesa na ERTE é de 49,99%. (iii) A EATE possui 61,55% de participação na STC e a ENTE possui uma participação de 18,45% nessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação direta e indireta da Taesa na STC é de 39,98%. (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%. (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%. (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%. (vii) A EATE possui 10% de participação da Transudeste; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5%. (viii) A EATE possui 10% de participação da Transleste; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5%. (ix) A EATE possui 10% de participação da Transirapé; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5%. (x) A EATE possui 100% de participação da ESTE; conseqüentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%. A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 3



Balanço patrimonial	2016				
	ETAU	Brasorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.210	221	3.431	121.794	125.225
Ativo financeiro de concessão (i)	27.433	21.740	49.173	916.441	965.614
Outros ativos circulantes	19.474	7.306	26.780	56.652	83.432
Ativos circulantes	50.117	29.267	79.384	1.094.887	1.174.271
Ativo financeiro de concessão (i)	119.646	289.235	408.881	1.585.397	1.994.278
Investimentos em participações societárias	-	-	-	838.356	838.356
Outros ativos não circulantes	4.688	715	5.403	46.449	51.852
Ativos não circulantes	124.334	289.950	414.284	2.470.202	2.884.486
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	8.406	-	8.406	324.956	333.362
Outros passivos circulantes	33.262	12.710	45.972	151.998	197.970
Passivos circulantes	41.668	12.710	54.378	476.954	531.332
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	19.326	-	19.326	784.277	803.603
Impostos e contribuições diferidas	13.557	30.385	43.742	308.398	352.140
Tributos diferidos	6.189	27.168	33.357	-	33.357
Outros passivos não circulantes	2.730	2.494	5.224	3.685	8.909
Passivos não circulantes	41.602	60.047	101.649	1.096.360	1.198.009
Patrimônio líquido individual	91.181	246.460	337.641	1.991.775	2.329.416
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.946	95.291	143.237	893.684	1.036.921
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	25.369	-	25.369	667.637	693.006
Investimento total da Taesa	73.315	95.291	168.606	1.561.321	1.729.927

Balanço patrimonial	2015				
	ETAU	Brasorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.280	701	3.981	138.602	142.583
Ativo financeiro de concessão (i)	23.032	20.183	43.215	954.696	997.911
Outros ativos circulantes	9.357	5.520	14.877	51.199	66.076
Ativos circulantes	35.669	26.404	62.073	1.144.497	1.206.570
Ativo financeiro de concessão (i)	106.769	278.563	385.332	1.701.824	2.087.156
Investimentos em participações societárias	-	-	-	781.941	781.941
Outros ativos não circulantes	4.238	2.377	6.615	47.661	54.276
Ativos não circulantes	111.007	280.940	391.947	2.531.426	2.923.373
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	8.069	5.640	13.709	303.086	316.795
Outros passivos circulantes	7.668	13.783	21.451	241.464	262.915
Passivos circulantes	15.737	19.423	35.160	544.550	579.710
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	18.508	-	18.508	871.793	890.301
Impostos e contribuições diferidas	15.270	23.936	39.206	296.920	336.126
Tributos diferidos	4.470	26.037	30.507	-	30.507
Outros passivos não circulantes	2.832	2.680	5.512	36.952	42.464
Passivos não circulantes	41.080	52.653	93.733	1.205.665	1.299.398
Patrimônio líquido individual	89.859	235.268	325.127	1.925.708	2.250.835
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.251	90.964	138.215	869.010	1.007.225
Outros efeitos processo de aquisição EATE	-	-	-	2.199	2.199
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	28.790	-	28.790	687.550	716.340
Investimento total da Taesa	76.041	90.964	167.005	1.558.759	1.725.764

Demonstração do resultado	2016				
	ETAU	Brasorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	53.247	35.237	88.484	709.325	797.809
Custos e despesas	(25.795)	(8.868)	(34.663)	(73.549)	(108.212)
Receitas financeiras	1.702	687	2.389	14.911	17.300
Despesas financeiras	(2.848)	(412)	(3.260)	(169.073)	(172.333)
Resultado financeiro	(1.146)	275	(871)	(154.162)	(155.033)
Equivalência patrimonial	-	-	-	114.743	114.743
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(4.699)	(7.143)	(11.842)	(63.442)	(75.284)
Lucro do exercício	21.607	19.501	41.108	532.915	574.023
Lucro do exercício - participação da Taesa	11.362	7.540	18.902	242.472	261.374
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(3.421)	-	(3.421)	(22.112)	(25.533)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	7.941	7.540	15.481	220.360	235.841

Demonstração do resultado	2015				
	ETAU	Brasorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	36.672	40.517	77.189	713.151	790.340
Custos e despesas	(7.832)	(7.532)	(15.364)	(72.061)	(87.425)
Receitas financeiras	2.063	1.589	3.652	14.551	18.203
Despesas financeiras	(5.205)	(2.425)	(7.630)	(174.622)	(182.252)
Resultado financeiro	(3.142)	(836)	(3.978)	(160.071)	(164.049)
Equivalência patrimonial	-	-	-	112.300	112.300
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(5.432)	(10.046)	(15.478)	(92.656)	(108.134)
Lucro do exercício	20.266	22.103	42.369	500.663	543.032
Lucro do exercício - participação da Taesa	10.657	8.546	19.203	234.887	254.090
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(889)	-	(889)	(36.274)	(37.163)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	9.768	8.546	18.314	198.613	216.927

Ativo financeiro	2016		2015	
	ETAU	Brasorte	ETAU	Brasorte
ETAU	-	-	147.079	129.801
BRAS	-	-	310.975	298.746
Controladas em conjunto	-	-	458.054	428.547
EATE	-	-	864.653	955.289
EBTE	-	-	570.459	558.872
ECTE	-	-	165.632	196.335
ENTE	-	-	590.894	607.139
ERTE	-	-	146.014	147.985
ETEP	-	-	164.186	190.900
Coligadas diretas	-	-	2.501.838	2.656.520

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6. (iii) Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	2016	2015
ETAU	BNDES Finame Alston	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	233	-
	BNDES Finame Toshiba	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	2.738	-
	BNDES	jan/18	(2)	Cesta de moedas + 4,0% a.a. / TJLP + 4,0% a.a.	8.302	16.521
	BNDES Automático	set/17	(4)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	6.391	-
BRAS	BNP Paribas	dez/19	(1)	108% do CDI	10.068	10.056
	BNP Paribas	jun/16	(1)	108% do CDI	-	5.640
Controladas em conjunto					27.732	32.217
EATE	HSBC	mar/16		CDI+ 1,3%	-	19.763
	Itaú	out/17		CDI + 0,9875%	61.622	123.357
	Itaú	mar/19	(1)	CDI + 1,15%	187.687	270.959
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	143.192	162.209
EBTE	BNDES	mai/25		114% e 116% CDI	181.516	-
		nov/19	(3)	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	94.271	103.978
ECTE	Itaú	out/17	(1)	CDI + 0,9875%	40.911	65.488
		mai/20		CDI + 2,15%	65.964	70.762
ENTE	HSBC	mar/16		CDI + 1,3%	-	10.431
	Itaú	ago/20	(1)	109,75% CDI	223.344	253.007
	Itaú	set/21		114% e 116% CDI	40.186	-
ETEP	Itaú	nov/16	(1)	112,5% CDI	-	13.269
		ago/20		109,75% CDI	62.096	70.318
Coligadas diretas					1.109.233	1.174.879

(1) Sem garantias.
(2) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.
(3) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.
(4) Carta de Fiança, emitida pela Transmissora Aliança de Energia elétrica S.A, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira.
Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.
(iiii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes: A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	2016			2015		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Controladas em conjunto						
ETAU	495	120	615	-	-	-
BRAS	229	-	229	-	-	-
Coligadas						
EATE	-	190	190	312	-	312
ECTE	-	150	150	-	-	-
Total	724	460	1.184	312	-	312

Em 31 de dezembro de 2016, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	2016		2015	
	ETAU	BRAS	ETAU	BRAS
ETAU	90	-	120	-
BRAS	-	7.325	-	6.641
Controladas em conjunto	90	7.325	120	6.641
EATE	2.293	-	2.318	-
EBTE	467	-	546	-
ECTE	-	-	120	-
ENTE	599	-	674	-
ERTE	-	-	2.228	-
Coligadas diretas	-	-	5.886	-

(iv) Compromissos assumidos: BRAS - existe uma obrigação em relação a FUNAI de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$841. O investimento se apresenta da seguinte forma: R\$290 realizados em 2015. A estimativa é que sejam gastos R\$590 no ano de 2017 e R\$161 em 2018. ETAU - existem duas obrigações referentes a compensações ambientais: (a) FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$979, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015; e (b) Reposição Florestal da ETAU com o IBAMA/RS e a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480.

11. PARTES RELACIONADAS

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados: a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de Juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com controladas em conjunto						
1	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ETAU	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2017	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/Abril	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. Contrato em processo de renovação
2	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1% a.m. + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/Janeiro	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento está limitada a 10% do valor total do contrato.
3	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 a 14/04/2017	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/ Atualização anual pelo IGP-M/julho	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.

4	Comodato de imóvel - Taesa x BRAS	Não possui valor	a partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
---	-----------------------------------	------------------	--	---	------------	------------

Transações com controladas						
5	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA/maio	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
6	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x MAR (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
7	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

8

c) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	Outras contas a pagar x Prestação de serviços "Data Center" - Taesa x Ativas	R\$96 Valor mensal	11/04/2014 até 36 meses do início da prestação dos serviços e assinatura do termo de aceite	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M/abril	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	Entre abril/2014 e agosto/2015 foram assinados diversos termos de aceites parciais, o que permitiu que partes do contrato entrassem em vigor gradativamente.
2	Outras contas a pagar x Prestação de serviços "Consultoria técnica SAP Basic - Taesa x Ativas	R\$34 Valor total do serviço	27/05/2015 à 14/09/2015	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.
3	Outras contas a pagar x serviços prestados - Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axiom (*)	R\$2.890 Valor total do contrato	04/11/2014 a 31/12/2015	Juros de 1% ao mês e multa de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	A Companhia terá a seu exclusivo critério e sem prejuízo da aplicação das penalidades e da aplicação de eventuais prejuízos por perdas e danos decorrentes, o direito de resolver imediatamente o contrato, mediante o simples envio de notificação por escrito, quando da ocorrência: de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos, ou o descumprimento de qualquer das obrigações relativas ao contrato e seus anexos, pela contratada; da contratada violar dispositivo do contrato e deixar de retificar tal violação no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação por escrito.	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.
4	Outras contas a pagar x serviços prestados - (desenvolvimento de projeto P&D) - Taesa x Axiom	R\$3.836 Valor total do contrato	29/08/2016 a 29/08/2018	Juros de 1% ao mês	Quando o outro Participe tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; por motivo de força maior ou caso fortuito entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato.	Não houve.
5	Outras contas a pagar x serviços prestados - Prestação de Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axiom	R\$1.318 Valor total do contrato	02/09/2016 - término indeterminado	Juros de 1% ao mês	Não houve.	Não houve.
6	Outras contas a pagar x serviços prestados - Termo de cooperação (desenvolvimento de projeto P&D) - Taesa x Axiom (**)	R\$802 Valor total do contrato	17/07/2014 a 17/07/2015	Multa de 1% ao mês	Todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no termo de cooperação, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do termo de cooperação; quando as penalidades aplicadas à executora atingirem o teto definido na cláusula 7.3 do termo de cooperação.	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.
7	Outras contas a pagar x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Taesa x Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
8	Outras contas a pagar x Despesa serviços prestados - Taesa x CEMIG D X UFGM	R\$1.419 Valor total do contrato	03/02/2014 a 03/02/2017	Não há taxa de juros e atualização monetária.	O convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos participantes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.	O contrato trata-se de convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de P&D.
9	Outras contas a pagar x Despesa serviços de engenharia - Taesa x CEMIG GT	R\$205 Valor total do contrato	01/08/2015 a 01/04/2016	Juros de 1% a.m. + multa de 2% / Reajustado pelo IPCA/ na hipótese de extensão do prazo de vigência/ Setembro.	Descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela no prazo superior de 90 dias; falência, dissolução e recuperação judicial e extrajudicial de qualquer das partes relacionadas.	As partes não serão responsáveis por quaisquer danos indiretos e/ou lucros cessantes que possam ser ocasionados a outra parte em decorrência deste contrato.
10	Outras contas a pagar x Despesa serviços de engenharia - Taesa x CEMIG GT	R\$236 Valor total do contrato	15/06/2016 a 15/02/2017	Juros de 1% a.m. + multa de 2% / Reajustado pelo IPCA na hipótese de extensão do prazo de vigência/abril.	O convênio poderá ser rescindido por atraso injustificado no pagamento por prazo superior a 90 dias; falência de qualquer das partes.	O contrato trata-se de Serviços de engenharia para participação no leilão de transmissão ANEEL nº 013/2015, segunda parte.

Transações entre as controladas e empresas ligadas

11	Outras contas a pagar x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/margô	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
12	Outras contas a pagar x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/novembro	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.
13	Outras contas a pagar x Serviços de terceiros - SGT x CEMIG GT	R\$37 Valor total do serviço	Dez/2015	N/A	N/A	Serviço relacionado a substituição dos transformadores de correntes do vão IP4 na subestação São Gotardo 2
14	Contrato de compartilhamento de instalações - MAR x CEMIG GT (***)	R\$1.213 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal só será devido a partir do início da operação comercial.
15	Custo com estudo do leilão 13/2013 - MAR x CEMIG GT	R\$188 Parcela única	N/A	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve.
16	Outras contas a pagar x Reembolso de despesas Taesa x Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$0 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016 e R\$789 em 31 de dezembro de 2015. Termo de cooperação encerrado.

(***) Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia pagou R\$1.267 referentes aos custos incorridos na fase de implantação, nas atividades de análise de projeto, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, acompanhamento da obra e do comissionamento das instalações de transmissão.

R E F	Consolidado				
	Contratos e outras transações		Passivo		Custos e Despesas
	2016	2015	2016	2015	
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	1.198	1.074
2	Consultoria técnica SAP basis - Taesa x Ativas	-	-	-	34
3	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axiom (*)	-	984	(432)	-
4	Taesa x Axiom - Desenvolvimento de projeto de P&D (**)	-	-	715	-
5	Taesa x Axiom - Prestação de serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA	345	-	526	-
7	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	1.773	1.511
7	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	318	307
10	Serviços de engenharia - Taesa x Cemig 2ª parte Leilão ANEEL 013/2015	-	-	-	236
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
11	CCI - SGT x CEMIG GT	3	3	42	37
12	O&M - SGT x CEMIG GT	38	35	562	472
13	Outros serviços - SGT x CEMIG GT	-	-	-	37
14	CCI - Mariana x CEMIG GT	-	-	-	1.267
15	Custo com estudos do leilão 13/2013 - mariana x CEMIG GT	-	-	-	188
		386	1.022	4.938	4.927

R E F	Controladora				
	Contratos e outras transações		Passivo		Custos e Despesas
	2016	2015	2016	2015	
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	1.198	1.074
2	Consultoria técnica SAP basis - Taesa x Ativas	-	-	-	34
3	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axiom	-	984	(432)	-
4	Contrato : Taesa x Axiom - Desenvolvimento de projeto de P&D (*)	-	-	715	-
5	Taesa x Axiom - Prestação de serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA	345	-	526	-
7	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	1.753	1.511
7	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	305	307
10	Serviços de engenharia - Taesa x Cemig 2ª parte Leilão ANEEL 013/2015	-	-	-	236
Transações com controladas					
16	Reembolso de despesas Taesa x Miracema	-	-	219	-
		564	984	4.301	2.926

(*) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$715 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015. Termo de cooperação encerrado.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Proporção da remuneração total	01/01/2016 a 31/12/2016		01/01/2015 a 31/12/2015	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho de Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria	64%	36%	59%	41%

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de membros remunerados (**)	22	22	5	3	5	5
Remuneração fixa	2.940	2.121	6.044	3.836	496	380
Salário ou pró-labore	2.940	2.121	5.412	3.435	496	380
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	632	401	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	3.474	2.715	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	2.636	2.114	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	838	601	n/a	n/a
Valor total da remuneração	2.940	2.121	9.518	6.551	496	380

Valores estabelecidos em AGO	Conselho de Administração (**)/(***)		Diretoria Estatutária (***)		Conselho Fiscal (**)/(***)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de membros efetivos	11	11	5	3	6	5
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5	5
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	17	12	229	197	9	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	7	3	160	143	8	6
Remuneração individual média no exercício (mensal)	12	8	184	165	8	6

n/a = não aplicável

(*) A AGE realizada em 11 de dezembro de 2015 aprovou a alteração no estatuto social da Companhia com vistas a inserir duas novas diretorias estatutárias (Diretoria Jurídica e Regulatória e Diretoria de Desenvolvimento de Negócios), passando a existir desde então 5 (cinco) diretorias. Em 22 de junho de 2016 foi eleito o Diretor Jurídico e Regulatório, cuja diretoria estava vaga desde a sua criação; sua respectiva remuneração foi considerada a partir de julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 o Sr. João Procópio Campos Loures Vale acumulava os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios. (***) incluindo membros suplentes que receberam remuneração no período. (***) Valores aprovados na AGO de 18 de abril de 2016 (08 meses) e 22 de abril de 2015 (04 meses), incluindo encargos, e corrigidos pelo índice do acordo coletivo de empregados de 2016.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/ Emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado acumulado	
Moeda nacional - R\$⁽¹⁾						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	20.250	15/12/2022 Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito A	587	587	12/08/2021 Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito B	168	168	12/08/2021 TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	727	15/07/2022 Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023 Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	430	15/08/2024 Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022 Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$⁽²⁾						
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	10/04/2014	Lei 4.131	350.000	350.000	20/09/2019 Libor + 1,99% a.a.

¹ Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

² Empréstimo mensurado ao valor justo.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

Financiadores	2015	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / recebimento	2016	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	47.950	1.329	-	(1.342)	(6.549)	41.388	6.625	34.763
Citibank B (Repactuação)	619.204	(62.820)	1.736	(11.967)	(229.041)	317.112	61	317.051
Controladora	667.154	(61.491)	1.736	(13.309)	(235.590)	358.500	6.686	351.814
BNDES-FINAME	17.144	402	-	(406)	(2.446)	14.694	2.461	12.233
Consolidado	684.298	(61.089)	1.736	(13.715)	(238.036)	373.194	9.147	364.047
Instrumentos financeiros derivativos⁽¹⁾								
Citibank "swap" Contrato B	(258.133)	39.239	8.840	(9.552)	219.606	-	-	-
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação)	-	75.876	2.597	(32.998)	-	45.475	-	45.475
Controladora e Consolidado	(258.133)	115.115	11.437	(42.550)	219.606	45.475	-	45.475
Empréstimos e financiamentos líquidos do "swap"								
Controladora	409.021	53.624	13.173	(55.859)	(15.984)	403.975	6.686	397.289
Consolidado	426.165	54.026	13.173	(56.265)	(18.430)	418.669	9.147	409.522

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

Financiadores	2014	Captação	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / Recebimento	2015	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	47.083	5.437	1.484	-	(1.483)	(4.571)	47.950	6.612	41.338
Citibank Contr. A	118.026	-	17.795	692	(652)	(135.861)	-	-	-
Citibank Contr. B	410.427	-	202.405	13.238	(6.866)	-	619.204	619.204	-
Controladora	575.536	5.437	221.684	13.930	(9.001)	(140.432)	667.154	625.816	41.338
BNDES-FINAME	19.715	-	465	-	(590)	(2.446)	17.144	2.465	14.679
Consolidado	595.251	5.437	222.149	13.930	(9.591)	(142.878)	684.298	628.281	56.017
Instrumentos financeiros derivativos⁽¹⁾									
Citibank "swap" Contrato B	(15.488)	-	(14.583)	(754)	(5.032)	35.857	-	-	-
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação)	(49.855)	-	(156.655)	(14.561)	(37.062)	-	(258.133)	(258.133)	-
Controladora e Consolidado	(65.343)	-	(171.238)	(15.315)	(42.094)	35.857	(258.133)	(258.133)	-
Controladora	510.193	5.437	50.446	(1.385)	(51.095)	(104.575)	409.021	367.683	41.338
Consolidado	529.908	5.437	50.911	(1.385)	(51.685)	(107.021)	426.165	370.148	56.017

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Prazo e data de vencimento	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015) 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017)	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017) 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020) 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024)
Códigos dos Ativos	TAES12 / TAES22 / TAES42	TAEE13 / TAEE23 / TAEE33
Atualização monetária	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas	1ª série: não será atualizada 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA
Remuneração	1ª série: CDI + 1,40% 2ª série: CDI + 1,60% 4ª série: CDI + 1,60%	1ª série: CDI + 0,78% 2ª série: IPCA + 4,85% 3ª série: IPCA + 5,10%
Data de pagamento dos juros	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos foram transferidos para a Taesa no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Tais recursos foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelas concessões da Taesa (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, no valor de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, no valor de R\$2.174.389 (valor já corrigido desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados, que em conjunto com os recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das 4ª e 5ª emissões das notas promissórias, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

Os contratos da 2ª e 3ª emissões de debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Adicionalmente, em caso de decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em moeda, haverá antecipação de vencimento. Somente a 2ª emissão possui cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato, que exige a manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	2015	Adições	Baixa	Reversões (a)	2016
Trabalhistas	291	1.944	(265)	(112)	1.858
Tributários	737	-	-	-	737
Cíveis	32	5.614	-	(2)	5.644
Controladora	1.060	7.558	(265)	(114)	8.239
Trabalhistas	-	82	-	(15)	62
Cíveis	-	1.312	-	-	1.312
Consolidado	1.060	8.952	(270)	(129)	9.613

	2014	Adições	Reversões (a)	2015
Trabalhistas	320	234	(263)	291
Tributários	777	392	(432)	737
Cíveis	26	6	-	32
Controladora e Consolidado	1.123	632	(695)	1.060

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos fiscais, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da empresa. Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante possuindo depósito judicial no valor de R\$1.037 contabilizados do ativo em 31 de dezembro de 2016. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Passivos contingentes:

	2016	2015
Trabalhistas	4.100	185.789
Tributários	160	6.951
Cíveis	4.260	192.740
Total	8.520	385.480

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais como segue: **Taesa-TSN** - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$25.797 em 31 de dezembro de 2016 (R\$19.371 em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-Novatrans** - processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando R\$5.079 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.289 em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-ETEO** - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.857 em 31 de dezembro de 2016 (R\$108.911 em 31 de dezembro de 2015). O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ativo patrimonial da Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pendente de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010. Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório. **Taesa-NTE** - processos administrativos tributários, manifestações de inconformidade, ação anulatória de débito fiscal e execuções fiscais às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$9.659 em 31 de dezembro de 2016, sendo o valor de R\$5.448, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$7.761 e R\$5.448, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-ATE** - manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$3.855 em 31 de dezembro de 2016, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$3.855 em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-STE** - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$9.761, sendo o valor de R\$3.047 em 31 de dezembro de 2016 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$8.903 e R\$1.416 em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-ATE II** - processos administrativos fiscais, ações declaratórias e manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.412 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$2.465 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$8.628 e R\$2.465 em 31 de dezembro de 2015). **Taesa-ATEIII** - auto de infração expedido pela ANEL nº 0027/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí devido às falhas básicas provocadas por queimadas na faixa de servidão, no montante de R\$ 2.401 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.060 em 31 de dezembro de 2015). **ATE III** - processos fiscais originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183 em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A ATE III figura no polo passivo de processo administrativo fiscal que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL e IRPJ, impactando em R\$1.117 o passivo contábil da Companhia. **Outros assuntos relevantes: ICMS sobre prestação de serviços** - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. O Convênio ICMS 117/04 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua cláusula primeira, cita que fica atribuída ao consumidor de energia elétrica, conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e uso dos sistemas de transmissão na entrada de energia elétrica no seu estabelecimento. A Administração entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada, e em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ e CSLL correntes (*)	(132.439)	26.150	(127.830)	31.174
IRPJ e CSLL diferidos	24.167	(186.097)	41.526	(159.895)
	(108.272)	(159.947)	(86.304)	(128.721)

(*) Os efeitos credores em 2015 decorrem, basicamente, da renovação de determinados benefícios fiscais SUDAM/SUDENE, detalhada a seguir, e da exclusão do ganho registrado com instrumentos financeiros derivativos (diferença temporária), cuja liquidação financeira e a respectiva tributação ocorreu em 2016.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes dos impostos	970.338	1.069.370	948.370	1.038.144
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(329.915)	(363.586)	(322.446)	(352.969)
Equivalência patrimonial	80.186	73.755	106.508	104.842
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	48.577	49.453	35.361	39.060
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	5.023	(222)	4.823	(222)
Juros sobre capital próprio pagos e recebidos	88.145	78.557	88.145	78.557
Outros	(288)	2.096	1.305	2.011
Despesa de IRPJ e CSLL	(108.272)	(159.947)	(86.304)	(128.721)
Alíquota efetiva	11%	15%	9%	12%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE: A Companhia e sua controlada indicada na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região indicada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN (*)	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans (*)	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa (*)	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah (*)	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016 (**)
Controlada				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes às renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015 o valor de R\$31.480. (***) A renovação do benefício fiscal está em fase de assinatura nos órgãos autorizativos.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de aproximadamente 56,92% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas. A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente. **Benefício fiscal - NTE** - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é aplicado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco. Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013. Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 6º da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005. Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções. Em 9 de julho de 2012, a NTE foi identificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência. Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 6º da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada sem reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04. Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi identificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar precedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RU-I, negou provimento à manifestação de inconformidade. Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório. Com base nos argumentos e nas provas apresentadas, a Administração, através de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial. No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias (640.714.069 em 31 de dezembro de 2015) e 442.782.652 ações preferenciais (392.782.652 em 31 de dezembro de 2015), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035. Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia. As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeriam sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. **2º aditamento do acordo de acionistas** - Em 30 de junho de 2016, foi celebrado o 2º aditamento do acordo de acionistas da Companhia, conforme previsto no termo de compromisso firmado em 31 de maio de 2016, entre a CEMIG e o FIP Coliseu. Dentre as alterações realizadas ao acordo de acionista, destacam-se as seguintes: (i) 75.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo COLISEU; (ii) 77.525.322 de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por CEMIG; e (iii) 155.050.644 de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela CEMIG. **Conversão de ações do FIP Coliseu** - A RCA, iniciada no dia 20 de setembro de 2016 e finalizada no dia 29 de setembro de 2016, homologou a conversão de 50.000.000 ações ordinárias, detidas pelo FIP Coliseu, em igual número de ações preferenciais, nos termos do Artigo 6º, parágrafo terceiro, do Estatuto Social da Companhia, e autorizar: (i) a emissão de 25.000.000 novos Certificados de Depósito de Ações (*Units*) da TAESA, em favor do FIP Coliseu, e (ii) a emissão de 40.702.230 novas Units da TAESA, em favor da CEMIG. **Liquidação da Oferta Pública Secundária** - A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços reunidos exclusivamente de distribuição secundária de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) Units de titularidade do FIP Coliseu e 40.702.230 (quarenta milhões, setecentas e duas mil, duzentas e trinta) Units de titularidade da CEMIG, a um preço por Unit de R\$19,65 (dezenove reais e sessenta e cinco centavos). Não houve ingresso de recursos para a Companhia, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos resultantes da venda das Units e serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos e despesas incorridos com a Oferta. Com a liquidação da Oferta, ocorrida em 24 de outubro de 2016, o FIP Coliseu passou a ser titular de 153.775.790 ações ordinárias, representativas em 26,0% do capital social votante da Companhia e 14,9% do capital social total da Companhia, e a CEMIG passou a ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 42,7% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Companhia, que somadas às ações ordinárias, representam 31,5% do capital social total da Companhia. As Units em circulação (excluídas as Units detidas pelo FIP Coliseu, pela CEMIG e pelos administradores da Companhia) passaram a compor 53,6% do capital social total da Companhia e 31,2% do capital social votante da Companhia. **Cisão Parcial do FIP Coliseu** - No dia 31 de outubro de 2016, ocorreu a cisão parcial do FIP Coliseu e transferência de 10.405.879 ações ordinárias para o FIA Taurus, novo fundo de investimentos constituído para atender à necessidade de reequacionamento por determinado cotista do FIP Coliseu aos limites impostos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de 24 de setembro de 2009. O FIA Taurus foi incluído ao Acordo de Acionistas e tem como único cotista a Forluz, que também é cotista do FIP Coliseu. Desta forma, o FIP Coliseu passou a deter 13,87% e o FIA Taurus 1,01% do capital total da TAESA. O FIP Coliseu, como acionista controlador da TAESA ao lado da CEMIG, representa o FIA Taurus no exercício de todos os seus direitos sob o Acordo de Acionistas, sendo estes fundos considerados como um único acionista para todos os fins do acordo, inexistindo, portanto, transferência de controle da TAESA com a constituição do FIA Taurus, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 484/2012. **Alienação de Ações de Emissão da TAESA de Propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus** - Em 27 de dezembro de 2016 o Fundo de Investimento em Participações Coliseu e o Fundo de Investimento em Ações Taurus (em conjunto, "Vendedores"), notificaram a Companhia que, nesta data, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações com a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("Comprador" e "Compradora", respectivamente) para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Companhia, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da Companhia, pelo valor total de R\$1.055.932. Conforme o disposto no Contrato, a conclusão da Operação está sujeita aos termos e condições usualmente adotados nesta espécie de transação, incluindo, entre outros, a autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Mediante conclusão da operação, a participação de 41,6% no bloco de controle da Companhia, que é detida pelos Vendedores, passará a ser detida pela Compradora, que aderirá ao Acordo de Acionistas da Companhia, mantidos os mesmos direitos e obrigações atualmente atribuídos aos Vendedores.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2016								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	143.369.911	24,3	-	-	143.369.911	13,9	143.369.911	13,9
FIA Taurus	10.405.879	1,8	-	-	10.405.879	1,0	10.405.879	1,0
CEMIG	252.369.999	42,7	73.646.184	16,6	326.016.183	31,5	215.546.907	20,9
Free Float	184.568.280	31,2	369.136.468	83,4	553.704.748	53,6	-	-
	590.714.069	100	442.782.652	100	1.033.496.721	100	369.322.697	35,8

(*) Existem 36.823.092 ações ordinárias que não estão no bloco de ações porque estão em garantia nas obrigações assumidas pela CEMIG na operação envolvendo o Redutor Fundo de Investimento em Participações.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2015								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7	-	-	228.775.790	22,1	228.775.790	22,1
CEMIG	293.072.229	45,7	155.050.644	39,5	448.122.873	43,4	448.122.873	43,4
Free Float	118.866.050	18,6	237.732.008	60,5	356.598.058	34,5	-	-
	640.714.069	100	392.782.652	100	1.033.496.721	100	676.898.663	65,5

b) **Reserva legal** - Constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei. c) **Reserva de incentivo fiscal** - A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$35.361 em 31 de dezembro de 2016 e R\$39.060 em 31

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (a)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Tokyo Marine	19/09/16 a 19/09/17	10.000	-	-	115
Risco Operacional	Fator	18/11/16 a 18/11/17	-	1.251.576	-	2.805
Seguro Veículos - Frota	Sompo	23/12/16 a 23/12/17	-	-	100% Tabela FIPE	76
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Liberty Seguros	18/09/16 a 18/09/17	15.000	-	-	27

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.
A MIR contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização em 1º de abril de 2014, até o valor fixado na apólice de R\$5.350, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Importância Segurada
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350

A MIR contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização em 27 de junho de 2016, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2015 - 1ª etapa - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Importância Segurada
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.
19.2 Gestão do risco de capital: A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido. **19.3 Categorias de instrumentos financeiros:**

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
- Caixa e bancos	495	671	442	543
<i>Mensurados a valor justo por meio do resultado</i>				
- Instrumentos financeiros derivativos	-	258.133	-	258.133
<i>Empréstimos e recebíveis</i>				
- Equivalentes de caixa	101.010	131.770	99.857	76.144
- Títulos e valores mobiliários	265.414	87.972	210.371	61.354
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	187.090	178.325	177.735	166.275
- Ativo financeiro de concessão	5.917.330	6.205.183	5.208.215	5.530.834
	6.471.339	6.862.054	5.696.620	6.093.283
Passivos financeiros				
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>				
- Empréstimos e financiamentos	317.112	619.204	317.112	619.204
- Instrumentos financeiros derivativos	45.475	-	45.475	-
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>				
- Fornecedores	36.991	33.712	28.399	30.528
- Empréstimos e financiamentos	56.082	65.094	41.388	47.950
- Debêntures	2.917.263	2.988.247	2.917.263	2.988.247
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	104.793	144.303	98.185	135.291
	3.477.716	3.850.560	3.447.822	3.821.220

19.4 Risco de mercado: A Companhia e suas controladas tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros. A Companhia possui instrumento financeiro derivativo para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio. A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. **19.5 Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda no empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 9,6% (R\$317.112) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas. **19.6 Gestão do risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. **19.7 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos "derivativos exóticos". Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação	
Valor de referência (nocional) em 31/12/2016	-	-	-	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2015	-	US\$ 156.076	-	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread": 0,62%) ⁽¹⁾ 1.17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) ⁽¹⁾ 1.17647	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽¹⁾ 1.17647	-
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	-	114,0% CDI
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	-	20/09/2019
Ponta ativa	-	-	-	317.112
Ponta passiva	-	-	-	(362.857)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2016 ⁽¹⁾	-	-	-	(45.745)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2015 ⁽²⁾	-	258.133	-	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2016	-	-	-	(45.475)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2015	-	258.133	-	-
Valor justo em 31/12/2016	-	-	-	(45.475)
Valor justo em 31/12/2015	-	258.133	-	-
Ganhos (perdas) em 2016	-	48.079	-	78.473
Ganhos (perdas) em 2015	15.337	171.216	-	-

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros. (2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente dos instrumentos financeiros derivativos vigentes naquela data.

19.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos: A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2016 anualizado
CDI (i)	9,00%	11,25%	13,50%	14,00%
IPCA (ii)	4,05%	5,06%	6,08%	6,29%
Libor (iii)	1,10%	1,38%	1,65%	1,00%
PTAX - Dólar (i)	3,30	4,13	4,95	3,26

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de março de 2017. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 03 de março de 2017. As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de dezembro de 2016 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção	Saldo em 31/12/2016	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Risco: alta da taxa de juros				
Consolidado				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	366.424	(18.321)	(10.077)	(1.832)
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	880.293	44.007	24.200	4.394
- IPCA	2.038.759	45.629	24.987	4.345
		71.315	39.110	6.907

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção	Saldo em 31/12/2016	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Risco: alta da taxa de juros				
Consolidado				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	310.228	(15.511)	(8.531)	(1.551)
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	880.293	44.007	24.200	4.394
- IPCA	2.038.759	45.629	24.987	4.345
		74.125	40.656	7.188

Exposição líquida dos instrumentos financeiros com proteção	Saldo em 31/12/2016	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Risco: alta da taxa de câmbio e juros				
Controladora e consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	317.111	(326)	(1.200)	(2.073)
- Dólar	317.111	(3.980)	(84.252)	(164.525)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	(317.111)	326	1.200	2.073
Ponta ativa - Dólar	(317.111)	3.980	84.252	164.525
Ponta passiva - CDI	362.586	18.126	9.968	1.810
Efeito líquido		18.126	9.968	1.810

19.9 Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativo ao CCG ou à CFB. **19.10 Gestão do risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e

perfis de vencimento. A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	3	5	1.089.413	2.613.797	353.446	4.056.664
Prefixada	889	1.747	7.832	48.463	1.957	60.888
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.220	124.724	1.167.693	-	1.305.637
Consolidado	892	14.972	1.221.969	3.829.953	355.403	5.423.189
Pós-fixada	3	5	1.089.413	2.613.797	353.446	4.056.664
Prefixada	653	1.282	5.747	35.451	1.957	45.900
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.220	124.724	1.167.693	-	1.305.637
Controladora	656	14.497	1.219.884	3.816.941	355.403	5.407.391

19.11 Gestão dos riscos operacionais: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são: **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Risco de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de interrupção do serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco técnico** - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). **Risco de contencioso** - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **19.12 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos: 19.12.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

	Nota explicativa	2016	2015	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	258.133	Nível 2
<i>Ativos financeiros</i>			258.133	
Empréstimos e financiamentos	12	317.112	619.204	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	12	45.475	-	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		362.587	619.204	

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2016. **19.12.2 Valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo):** Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	2016	2015	Hierarquia do valor justo		
Consolidado						
Ativo financeiro de concessão	6	5.917.330	6.351.324	6.205.183	5.816.046	Nível 3
<i>Ativos financeiros</i>		5.917.330	6.351.324	6.205.183	5.816.046	
Debêntures	13	2.917.263	2.760.936	2.988.247	2.677.763	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		2.917.263	2.760.936	2.988.247	2.677.763	
Controladora						
Ativo financeiro de concessão	6	5.208.215	5.636.771	5.530.834	5.244.856	Nível 3
<i>Ativos financeiros</i>		5.208.215	5.636.771	5.530.834	5.244.856	
Debêntures	13	2.917.263	2.760.936	2.988.247	2.677.763	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		2.917.263	2.760			

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2016, 88% (84% em 31 de dezembro de 2015) do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III e Miracema participavam do Plano Taesaprev. As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE (manutenção de parte da LT e da SE Açailândia) e ENTE (manutenção da SE de Açailândia e da LT), ETSE e BRAS.
Realizada pela Eletronorte	EATE (operação de toda a concessão e manutenção de parte da LT e das SE's), ENTE (SE's Tucuruí e Marabá e a operação de toda concessão), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela CEMIG GT	ESDE e SGT

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas				
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014 (a)
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010 (b)
	Goianinha - Murrurú (Concessão Gtesa)	339/2003	26/06/2015	26/06/2025
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2015-093170/TEC/RL0-0872	28/04/2016	28/04/2019
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014 (c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025
	Xingó - Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022
Taesa (STE)	Uruguiana - Santa Rosa	5876/2012-DL	26/09/2012	26/09/2016 (i)
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012 (a)
	Marabá - Carajás	10275/2016	28/12/2016	17/12/2021
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	02/12/2014	02/12/2021
Brasnorte	Juba - Jauru	312086/2015	12/11/2015	11/11/2018
	Brasnorte - Nova Mutum	311067/2015	11/02/2015	10/02/2018
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015 (e)
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/2007	20/10/2016	26/02/2025
EBTE	Juina - Brasnorte	302381/2011	29/08/2014	31/08/2017
	Juba - Brasnorte	307698/2013	01/10/2013	30/09/2016 (h)
	Parecis - Brasnorte	307467/2013	03/09/2013	02/09/2016 (h)
	N. Mutum - Sorriso - Sinop.	308393/2014	10/01/2014	09/01/2017 (h)
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013 (f)
	SE - Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016 (f)
	SE - Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014 (f)
ERTE	Vila do Conde - Castanhal - Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016 (d)
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015 (f)
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014 (d)
ESDE	SE - Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016 (g)
Transleste	SE - Montes Claros - SE - Rapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015 (g)
Transudeste	SE - Itatinga / SE Juiz de Fora	571/2011	25/07/2011	25/07/2019
Transirapé	SE - Irapé / SE - Araçuaí 2	077/2011	15/06/2011	30/03/2017
ETSE	SE - Abdon Batista	8174/2014	12/11/2014	11/11/2018
	Secc. LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	8166/2014	12/11/2014	11/11/2018
	SE - Gaspar	8016/2014	07/11/2014	06/11/2018

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).
 (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
 (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.
 (d) Renovação solicitada à SEMA - PA e válida até a sua manifestação.
 (e) Renovação solicitada à SEMA - MA e válida até a sua manifestação.
 (f) Renovação solicitada à FATMA - SC e válida até a sua manifestação.
 (g) Renovação solicitada à SUPRAM - MG e válida até a sua manifestação.
 (h) Renovação solicitada à SEMA - MT e válida até a sua manifestação.
 (i) Renovação solicitada à FEPAM - RS e válida até a sua manifestação.
Compensação ambiental: Os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". **Arrendamento operacional:** A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$2.709 (R\$3.417 em 31 de dezembro de 2015). O contrato de aluguel é pago em reais, e só será reajustado em 1º de janeiro de 2019. Em 11 de dezembro de 2015, após a renegociação, o contrato de locação passou a ter o prazo de 120 meses, com vencimento em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir os pagamentos mínimos futuros:

Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2.895	13.413	22.510	38.818

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e às suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração e reconhecimento das receitas de remuneração do ativo financeiro de concessão e dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4 (a), nº 3.10 e nº 6 às demonstrações financeiras, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos efetivamente realizados na fase de construção. O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro garantido pelo Poder Concedente conforme o contrato de concessão assinado entre as partes, descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. Adicionalmente, além da parcela que remunera a infraestrutura construída, utilizada para determinação do ativo financeiro de concessão, a RAP inclui, também, uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e também devido à complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão e da receita dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão, que podem ser afetados por cálculos incorretos, uma vez que envolvem planilhas de cálculo complexas que são manualmente atualizadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) avaliação do critério de reconhecimento e mensuração do ativo financeiro de concessão; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia e confronto com os registros efetuados no sistema contábil; e (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão, incluindo a mensuração e o reconhecimento da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão e da receita dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão, com o envolvimento dos nossos especialistas internos na interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12), com o objetivo de: (a) corroborar que as principais alterações efetuadas nas planilhas de cálculo do ativo financeiro de concessão decorreram dos Avisos de Crédito - AVCs e da correção monetária (inflação) apurada mensalmente, conforme previsto em cada contrato de concessão, e ajustada ao final de cada ciclo com base no índice de inflação homologado pelo órgão regulador; e (b) verificar a adequação dos cálculos do valor do fluxo de caixa futuro garantido pelo Poder Concedente, conforme o contrato de concessão assinado entre as partes, descontado pela TRAF de cada concessão. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração ou o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consoli-

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Demonstrações Contábeis Societárias e Regulatórias - As demonstrações contábeis societárias estão disponíveis no sítio da Companhia e as demonstrações contábeis regulatórias serão disponibilizadas no mesmo sítio a partir de 30 de abril de 2017, no endereço a seguir - (<http://ri.taesa.com.br>).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Assinatura dos contratos de concessão do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa) – No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguáçu) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos. **Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") MAR** – a RCA da Taesa iniciada em 11 de julho de 2016 e finalizada em 12 de julho de 2016 aprovou o aumento de capital da MAR em até R\$40.000. Em janeiro de 2017 ocorreram Aumentos Futuros de Capital-AFACs no total de R\$5.205, nas datas descritas a seguir:

Data	Valor R\$	Data	Valor R\$	Data	Valor R\$
06/01/2017	10	13/01/2017	417	23/01/2017	128
10/01/2017	10	18/01/2017	4.129	25/01/2017	11
11/01/2017	74	19/01/2017	410	27/01/2017	16

Aprovação de licenciamento prévio ambiental MAR – O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM decidiu em sua 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Especializada de Atividades de Infraestrutura de Energia – CIE, realizada em 21 de fevereiro de 2017, a aprovação da licença prévia ambiental da linha de transmissão de energia elétrica, denominada LT 500KV – Itabirito II – Vespasiano II. A Companhia deverá atender as condicionantes abaixo quando da formalização da licença de instalação:

• Apresentar: (i) detalhamento dos programas ambientais a serem executados na fase de implantação (obras) do projeto; (ii) declaração de compensação ambiental do Instituto Estadual de Florestas; (iii) quantitativo total de cada indivíduo ameaçado que será suprimido; (iv) identificação em nível de espécies dos indivíduos identificados em nível de gênero ao qual consta na lista de espécies ameaçadas; (v) proposta de compensação dos indivíduos arbóreos protegidos por lei que serão suprimidos; (vi) declaração de Colheita e Comercialização para a supressão do reflorestamento; (vii) comprovante de formalização no Instituto Estadual de Florestas do processo de compensação ambiental; (viii) cópia da Declaração de Utilidade Pública; (ix) manifestação dos órgãos gestores das unidades de conservação quanto ao cumprimento das recomendações e/ou condicionantes, pertinentes à fase de licença prévia, estabelecidas pelos mesmos nas anuências concedidas para o empreendimento; (x) estudo de classificação das feições espeleológicas identificadas na área; e (xi) manifestação da Fundação Palmares quanto ao registro de comunidades quilombolas no Município de Nova Lima; • Solicitar junto ao órgão ambiental responsável, as autorizações para manejo de fauna silvestre necessárias à execução do monitoramento e do resgate/salvamento e apresentar os respectivos comprovantes; • Protocolar na Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana proposta de compensação florestal por intervenção ou supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente; e Comprovar o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") MIR** - a RCA da Taesa de 27 de outubro de 2016 aprovou o aumento de capital da MIR em até R\$140.000 e a AGE da MIR de 16 de janeiro de 2017 aprovou o aumento de capital subscrito de R\$12.387 para R\$17.900. O aumento de capital visa conferir à MIR recursos necessários à realização do empreendimento que constitui seu objeto social. Em janeiro de 2017 ocorreram Aumentos Futuros de Capital no total de R\$1.239 nas datas descritas a seguir:

Data	Valor	Data	Valor
06/01/2017	11	12/01/2017	56
10/01/2017	13	27/01/2017	27
11/01/2017	1.096	30/01/2017	36

Aspectos ambientais MIR – Os estudos ambientais foram protocolados no órgão ambiental licenciador, o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins, no dia 27 de janeiro de 2017, requerendo a Licença Prévia (LP) para as LTs e as Licenças Prévia e de Instalação (LP e LI) para as Subestações. A solicitação das Lis está prevista para outubro de 2017. Simultaneamente estão sendo realizadas as devidas tratativas com o IPHAN e a FUNAI, órgãos intervenientes no processo de licenciamento. A previsão para a solicitação da Licença de Operação (LO) é agosto de 2019.

DIRETORIA	
Diretores	Cargo
João Procópio Campos Loures Vale Marcus Pereira Aucélio Marco Antonio Resende Faria João Procópio Campos Loures Vale Luciano de Araujo Ferraz	Diretor Presidente Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Diretor Técnico Diretor de Desenvolvimento de Negócios Diretor Jurídico e Regulatório

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Titulares	Suplentes
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva Allan Kardec de Melo Ferreira Oscar Santos de Faria Paulo de Moura Ramos Antônio Carlos de Andrada Tovar Bruno José Albuquerque de Castro Carlos Roberto Cafareli Ponciano Padilha Jorge Kalache Filho Jorge Raimundo Nahas (Independente) Carlos Augusto Derraik (Independente)	João Paulo Dionísio Campos Eduardo Lucas Silva Serrano Roberto Schafer de Castro Luiz Antonio Vicentini Jorente Flávio de Almeida Araújo Roberta da Rocha Miranda Lopes Borio Antônio Pedro da Silva Machado Marco Adiles Moreira Garcia Jarbas Antônio de Biagi Stênio Petrovich Pereira (Independente) Antonio Afonso Mac Dowell Leite de Castro (Independente)

CONSELHO FISCAL	
Titulares	Suplentes
Marília carvalho de Melo (Indicado pela CEMIG) Antônio de Pádua Ferreira Passos (Indicado pelo FIP Coliseu) Mozart Bandeira Arnaud (Indicado pelo FIP Coliseu) Nilton Roberto Pinheiro (Indicado pelo FIP Coliseu) Alexandre Pedercini Issa (Indicado pelos acionistas Minoritários)	Cargo Vago (Indicado pela CEMIG) Rodrigo de Oliveira Perpétuo (Indicado pelo FIP Coliseu) Pedro Marcelo Luzardo Aguiar (Indicado pelo FIP Coliseu) Maria Luíza Garcia Pereira (Indicado pelo FIP Coliseu) Ronald Gastão Andrade Reis (Indicado pelos acionistas Minoritários)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3 - CPF nº 778.993.777-49
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
 João Procópio Campos Loures Vale - Diretor Presidente e de Desenvolvimento de Negócios
 Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 Marco Antonio Resende Faria - Diretor Técnico
 Luciano de Araujo Ferraz - Diretor Jurídico e Regulatório

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
 João Procópio Campos Loures Vale - Diretor Presidente e de Desenvolvimento de Negócios
 Marcus Pereira Aucélio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 Marco Antonio Resende Faria - Diretor Técnico
 Luciano de Araujo Ferraz - Diretor Jurídico e Regulatório

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a decisão da Diretoria e do Conselho de Administração, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o Relatório da Administração e os demais documentos que compõem as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do relatório dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da Administração para destinação do Lucro Líquido do exercício de 2016. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº. 6.404/76 e legislação subsequente.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
 Marília Carvalho de Melo; Antônio de Pádua Ferreira Passos
 Mozart Bandeira Arnaud; Nilton Roberto Pinheiro; Alexandre Pedercini Issa

dadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC nº 25P 011.609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
 Contador
 CRC nº 1RI 093.376/O-3